

15 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz da Publicano nega suspeição e incompetência

Loriane Comeli
Reportagem Local

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, designado com exclusividade pelo Tribunal de Justiça (TJ) para atuar nas investigações das operações Voldemort (fraude em licitação) e Publicano (a superorganização criminosa que agia na Receita Estadual), rejeitou ontem alegação de incompetência protocolada contra sua atuação nos processos.

A defesa de um dos réus da Publicano, Felisbau Negrisoni, alegou que a vara competente seria a 4ª Criminal, já que o pedido inicial de investigação (em junho de 2014) teria sido distribuído a esta vara. Porém, o juiz anotou que tal distribuição acabou cancelada porque tratou-se de um erro técnico, proveniente da implantação do sistema digital nas varas criminais de Londrina. O processo, de fato, já tramitava (em autos físicos) na 3ª Vara Criminal.

No processo decorrente da Voldemort, a defesa de um dos réus – a advogado José Carlos Lucca – pediu a suspeição de Nanuncio, o que foi negado pelo magistrado em decisão proferida em 4 de agosto. O réu alegava que o juiz havia “demonstrado parcialidade” no despacho que decretou, em março, sua prisão preventiva juntamente com a de outros seis réus, incluindo o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB).

Nanuncio, além de assegurar que tal pedido foi feito muito depois do prazo permitido (assim que a parte tomar conhecimento do movimento da suspeição), não se considerou parcial ou suspeito para o caso. Disse que seu decreto de prisão tratou-se apenas de “decisão detalhada” e que “em nenhum momento o raciocínio explicitou envolvimento de cunho pessoal no caso em tela”. “Caso contrário, nenhum juiz criminal poderia decretar a prisão dos casos afetos à sua jurisdição e competência”.

As defesas dos réus dos dois processos também tentam retirar os processos da 3ª Vara Criminal, por meio de habeas corpus e reclamações ao TJ e aos tribunais superiores (STJ e STF). Alegam que réus com foro privilegiado, como Beto Richa e deputados, seriam investigados e, portanto, os processos deveriam tramitar em instâncias superiores. Também questionam a portaria que designou Nanuncio como juiz exclusivo do caso.

15 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Em liberdade

O ministro da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sebastião Reis Júnior, que colocou em liberdade praticamente todos os réus da Operação Publicano, considerou motivo relevante para a concessão de habeas corpus (HC) ao auditor Roberto Keniti Oyama – o último réu preso, que ficou 58 dias na cadeia – o fato de ele ter sido absolvido em ação penal na qual era acusado de lavagem de dinheiro proveniente de atos de corrupção como auditor da Receita Estadual. O caso dele chamou atenção porque Oyama está afastado do cargo de auditor, em razão do suposto enriquecimento ilícito, há 12 anos e, mesmo assim, teria cobrado propina, em 2011.

Absolvido

Em HC anterior, no qual negou liberdade a Oyama, Reis Júnior alegou o fato de estar afastado e, mesmo assim, supostamente receber propina demonstrava “a probabilidade concreta de reiteração delitiva por parte do paciente”. Agora, no entanto, para soltá-lo, o ministro mencionou, conforme decisão publicada ontem, que “há notícia de absolvição do paciente pela prática do delito (de lavagem de dinheiro) tendo sido condenado apenas por dois crimes de falsidade ideológica. Caindo por terra, aparentemente, a fundamentação vinculada à necessidade de se garantir a ordem pública para evitar a reiteração delitiva”. Tramita no TJ recurso do Ministério Público quanto à absolvição pela 5ª Vara Criminal.

MAZZA

Parenteralismo

O sociólogo Ricardo de Oliveira volta ao tema num livro sobre os traços oligárquicos do Paraná em colaboração com o vereador Jorge Bernardi e mostra que a falange de Luiz Abi Antoun não se limita ao Norte, mas tem fortes raízes em Cascavel, onde foi sólido apoio a Beto Richa. Antoun já apareceu como líder dos chunchos fiscais além de aprontar na área de oficinas mecânicas como se viu na Operação Valdemort. Ele é parente remoto, como se diz. Ou terremoto.

Sobre parenteralismo há uma curiosa: quando Bento Munhoz da Rocha governou, o Legislativo e o Judiciário eram comandados por seus parentes Laertes de Macedo Munhoz e José Munhoz da Melo, um criminalista, outro constitucionalista. Quando Ney Braga, que era cunhado de Bento no primeiro casamento, voltou, via colégio eleitoral, a governar pela segunda vez, seu parente Marino Bueno Brandão Braga estava no Judiciário e outro Fabiano Braga Cortes no Legislativo. Não dá para comparar o padrão dos referidos aos atletas de agora.

Isso não é aceitável nem em conversa de botequim por analogia descabida.

15 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

MPF pede a primeira condenação de Vaccari

Segundo denúncia, João Vaccari Neto indicava em quais contas deveriam ser depositados recursos de propina desviados da Petrobras

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Procuradores do Ministério Público Federal (MPF) pediram ontem, na apresentação de suas alegações finais à Justiça Federal do Paraná, a primeira condenação do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto em um dos processos decorrentes da Operação Lava Jato. A ação penal em questão é derivada da 10ª fase das investigações e apura crimes como formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro e ocultação de bens.

São averiguados desvios de recursos da Petrobras em quatro obras: Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária; Refinaria de Paulínia (Replan), Gasoduto Pilar/Ipojuca e Gasoduto Urucu Coari. As empresas responsáveis por estas obras são OAS, Mendes Júnior e Setal.

De acordo com os investigadores, Vaccari participava de reuniões com Renato Duque (ex-diretor de Serviços da Petrobras) para tratar de pagamentos de propina, que era efetivada por meio de doações oficiais ao PT. Dessa maneira, os valores chegavam como doação lícita, mas eram oriundas de propina. O MPF aponta que ocorreram

24 doações em 18 meses, no valor de R\$ 4,26 milhões. O então tesoureiro do PT indicava em quais contas deveriam ser depositados os recursos de propina.

“No caso de João Vaccari há que se considerar ainda, que se utilizou da estrutura de partido político para perpetrar seus ilícitos, revelando com isso seu forte desrespeito às instituições políticas nacionais, refletindo personalidade severamente negativa. Ademais, os denunciados praticaram os crimes sabendo que os valores eram repassados a parlamentares, impactando o sistema político e vilipendiando a democracia, sendo responsáveis por manter a corrupção dentro da Petrobras, bem como os respectivos mecanismos de lavagem envolvidos”, ressaltam os procuradores em trecho das alegações finais.

Outros envolvidos no megasquema de lavagem de dinheiro e desvios de recursos públicos de obras da Petrobras, e que também é são réus na mesma ação penal são Renato Duque, Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento da estatal), Pedro Barusco Filho (ex-ge-

rente de Serviços da Petrobras) Alberto Youssef (doleiro), Augusto Ribeiro de Mendonça Neto (executivo do grupo Setal Óleo e Gás), Júlio Gerin de Almeida Camargo (empresário e ex-representante da Toyo-Setal), Mário Goes (operador do esquema), Adir Assad (operador e, segundo o MPF, dono de empresas de fachada), Sônia Mariza Branco (empresária ligada a Adir Assad) e Dario Teixeira Alves Jr. (operador e ligado a Adir Assad).

As alegações finais (do MPF e, posteriormente, dos advogados de defesa) correspondem à última etapa da tramitação judicial antes da sentença do juiz

**Procuradores pedem
R\$ 272,2 milhões
de ressarcimento
à Petrobras**

Sérgio Moro. Os advogados tem 10 dias para apresentar suas considerações. Em caso de condenação, o MPF requer que o cumprimento da pena se dê inicialmente no regime fechado, exceto para aqueles réus que fecharam acordo de colaboração premiada (Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa, Julio Camargo, Pedro Barusco, Augusto Mendonça e Mário Goes).

CONTINUA

15 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“A organização criminosa atuou de forma a influenciar o processo eleitoral - diante o pagamento de propinas via doações oficiais e não oficiais. Diante da complexidade dos crimes, demora para serem descobertos e necessidade de estabilidade do sistema eleitoral, não há qualquer ação eleitoral apta a corrigir os vícios. Se democracia é governo do povo, pelo povo e para o povo, a corrupção subverte-a pois é o governo para o particular que está em posição privilegiada para pagar ou receber propina”, reforçaram os procuradores.

O MPF também pede, a título de indenização à Petrobras, R\$ 272,2 milhões que corresponderiam à soma de 3% do total de contratos e aditivos angariados no âmbito das quatro obras da estatal. Conforme os procuradores, o valor foi estimado com base no valor de propinas pagas a agentes públicos e privados.

Vaccari também é réu no processo que apura o crime de lavagem de dinheiro no total de R\$ 2,4 milhões entre os anos de 2010 e 2013. Neste caso, o MPF aponta que parte do montante previsto em propina para Renato Duque, então diretor da Petrobras, foi direcionada pelo Grupo Setal Óleo e Gás para a Editora Gráfica Atitude Ltda., a pedido de Vaccari. Repasses teriam sido “justificados” por contratos ilícitos e emissão de notas frias.

15 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Auditor confirma divergência no valor da mansão de Vargas

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – A 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba realizou ontem as primeiras audiências da ação penal que apura suspeita de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal na compra de um imóvel em Londrina pelo ex-deputado federal André Vargas (sem partido-PR), sua mulher Edilairia Soares e seu irmão, Leon Vargas. Foram ouvidas testemunhas de acusação arroladas pelo Ministério Público Federal (MPF).

O auditor fiscal da Receita Federal, Roberto Leonel, confirmou o que a denúncia dos procuradores da Lava Jato já haviam destacado: há divergência entre os valores declarados por Vargas e sua mulher na aquisição do imóvel e quanto realmente valia a residência. Enquanto o casal declarou ter comprado o imóvel por R\$ 500 mil, o vendedor, o juiz federal Eduardo Fernando Appio, declarou à Receita Federal ter vendido a casa por R\$ 980 mil. “Verificamos que os depósitos em dinheiro feitos para pagamento do imóvel excediam muito acima o valor dos débitos das contas de André Vargas e Edilairia. Então não teriam saído das contas dos dois estes valores que foram recebidos pelo vendedor”, ressaltou Leonel.

Conforme o MPF, a compra do imóvel visou esconder parte do dinheiro que o ex-deputado teria recebido como propina de uma agência de publicidade que fechou

contratos com a Caixa Econômica Federal e com o Ministério da Saúde.

Indícios sobre esta tentativa de “macular” a origem do dinheiro usado para pagar pelo imóvel foram reforçados após o depoimento de outra testemunha de acusação, o corretor de imóvel, Dimas Oliveira, prestar alguns esclarecimentos. Segundo o empresário, Leon Vargas solicitou que ele utilizasse a própria conta para fazer um depósito, mas sem apresentar nenhuma justificativa. “Achei que fosse para pegar um cheque com ele, mas ele pediu para nos encontrarmos na agência. Chegando lá, o Leon estava com dinheiro em espécie numa mochila. Fiz o depósito e entreguei o comprovante a ele. Na hora vi o nome e o valor, mas não me recordei do nome. Soube posteriormente que era para o pagamento da casa no Alphaville comprada pelo André”, disse. Questionado pelo juiz sobre o montante que estava na mochila, o corretor afirmou que seria algo em torno de R\$ 80 mil a R\$ 100 mil, em notas de R\$ 50 e R\$ 100.

A advogada de André Vargas, Nicole Trauczynski, saiu sem falar com a imprensa. Já o advogado de Leon, Alexandre Loper, disse que as testemunhas deixaram claro que ele apenas fez depósitos e esteve presente em algumas situações, “mas que não tem relação com a denúncia”. O defensor de Edilairia, João Alberto Graça, não atendeu aos telefonemas da reportagem.

15 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

MPF deve se manifestar sobre pedido de Youssef

O juiz federal Sérgio Moro concedeu 10 dias para os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) se manifestarem sobre o pedido feito pela defesa de Alberto Youssef, para que as ações penais e inquéritos referentes ao doleiro dentro da Operação Lava Jato sejam suspensas. Os advogados do londrinense se baseiam no acordo de colaboração premiada, que prevê a suspensão das ações quando a soma das penas do doleiro atingir 30 anos. Moro aguarda a resposta do órgão federal para poder tomar uma decisão. Youssef foi condenado até o momento em quatro processos decorrentes da Lava Jato. Até o momento as penas somadas somam 43 anos, nove meses e dez dias de reclusão. O doleiro ainda responde a pelo menos 14 ações na Justiça Federal.


Youssef

MAZZA

A defesa de Youssef já fez várias ameaças de "melar" a Lava Jato e alega que não conhece os textos da sua delação que já vinha pedindo há tempos para ter uma ideia dos parâmetros a usar em sua defesa. Quando da descoberta do gravador em sua cela, o Antonio Figueiredo Basto não deixou por menos e disse que aquilo era tão grave que poderia anular o processo.

Vaccari

O Ministério Público Federal pediu a condenação do tesoureiro do PT, Vaccari, em função do até aqui apurado. Tende a seguir o percurso do seu antecessor Delúbio Soares que, pelo menos, foi mais defendido pelos correligionários.

16 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

VIDAS AMEAÇADAS

Paraná é o segundo em violência doméstica contra mulheres

Segundo pesquisa do IBGE baseada em dados de 2013, índice no Estado ficou atrás somente do registrado no Rio Grande do Norte. Para especialistas, números evidenciam que o machismo está entranhado na sociedade brasileira. Paraná já tinha aparecido em terceiro em taxa de feminicídios no Mapa da Violência do Instituto Sangari, em 2012. A aposentada Marlene de Oliveira buscou nas artes plásticas e na literatura forças para se libertar das marcas de um relacionamento abusivo

Machismo que fere e mata

Paraná é o segundo em ranking de violência doméstica contra mulheres no País. Segundo IBGE, 4,9% das entrevistadas sofreram agressão por parte de conhecidos nos 12 meses anteriores à pesquisa

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Há dez dias, Vilson dos Santos, de 30 anos, atirou contra sua companheira, Elisângela Aparecida Schuvetz, de 28, e em seguida contra si próprio, na frente dos dois filhos pequenos, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). No final de julho, Roneys Fon Firmino Gomes, de 40, foi preso por ter assassinado Mara Josiane dos Santos, de 36, em Maringá, no norte do Estado. Pouco tempo depois, ele confessou à polícia que cometeu outros cinco feminicídios, isto é,

dos de 2013, a proporção de indivíduos de 18 anos ou mais que sofreram algum tipo de violência por parte de conhecidos nos 12 meses anteriores à data da entrevista foi de 3,5% no Paraná, o que está acima da média nacional, de 2,5%. Se considerarmos apenas o sexo feminino, principal alvo desse tipo de agressão, o índice estadual sobe para 4,9%. O Estado fica atrás somente do Rio Grande do Norte (6,2%) no ranking. Para especialistas ouvidos pela FOLHA, os números reforçam aquilo que outros órgãos, oficiais ou não, vêm evidenciando ao longo dos anos: o machismo, quando não a misoginia

missão de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB Paraná (Cevige). De acordo com ela, ainda se discute e faz pouco no Estado para combater o problema. “A gente não tem nenhum programa institucionalizado de atendimento ao agressor (que vise à recuperação), por exemplo. Desde 2012, quando houve a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que investigou a violência contra a mulher), praticamente não houve avanço na segurança pública e no Judiciário”, completou.

A unidade da federação já tinha sido apontada como a terceira em número de feminicídios, conforme o Mapa da Violência, publicado pelo Instituto Sangari em 2012. Foram 388 assassinatos em 2010, o que significa uma taxa de 6,3 para cada 100 mil mulheres. O índice supera a média do País, de 4,4 crimes por 100 mil habitantes. Para completar, na última terça-feira um levantamento do DataSenado constatou aumento nos registros de violência psicológica contra mulheres no Brasil, além da diminuição na sensação de proteção por parte delas. Embora 100% das entrevistadas conheçam a Lei Maria da Penha (LMP), promulgada há nove anos, 43% se dizem desrespeitadas, índice maior do que o divulgado em 2013, de 35%. Foram ouvidas 1.102 pessoas, entre 24 de junho e 7 de julho.

“O nosso sistema de Justiça não dá conta da apuração, da investigação e da punição”

homicídios com motivação de gênero, porque “tinha ódio de prostitutas”. Apesar da notoriedade que ganharam, esses são apenas alguns dos milhões de casos em que pessoas tiveram suas vidas ameaçadas ou abreviadas pelo simples fato de serem mulheres.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em junho e baseada em da-

(aversão a mulheres), está entranhado na sociedade brasileira.

“Não tenho dúvidas de que estamos numa situação muito crítica de violência. E isso envolve cultura, falta de educação, a crença na impunidade e a impunidade efetivamente. O nosso sistema de Justiça não dá conta da apuração, da investigação e da punição”, afirma a advogada Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski, presidente da Co-

16 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

UM BASTA À OPRESSÃO

A aposentada Marlene de Oliveira, de 60, por pouco não teve sua vida interrompida pela violência doméstica. Natural de Rolândia, na Região Metropolitana de Londrina (RML), mas radicada em Curitiba, ela buscou nas artes plásticas e na literatura a força para se libertar das marcas de um relacionamento abusivo. “Naquela época, se você não era mais virgem, representava uma vergonha para a família e a sociedade. Ninguém me aceitaria de volta”, conta, ao justificar o fato de ter casado com um homem que já mostrava sinais de agressividade. “Foram 12 anos de casamento; 12 anos que pareciam sem fim. Apanhava muito mesmo. Ele dizia que se eu não me calasse seria pior. E mortas não falam”, completa.

A gota d’água, diz, foi quando o então esposo vendeu a casa da família, sem prévio aviso, e foi morar com outra pessoa, abandonando Marlene e as três filhas do casal. Para se sustentar, a paranaense trabalhou como catadora de materiais recicláveis e como auxiliar de serviços gerais em um hospital, até que uma fibrose pulmonar a fez parar na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). “Eu era um touro; não tinha canseira, nem nada. Mas, quando saí do coma, não conseguia nem pentear o cabelo. Foi devido aos maus-tratos. Tudo aquilo que eu aguentava calada o pulmão foi absorvendo”, relata.

O mesmo médico que a atendia, o pneumologista Carlos Eduardo do Valle Ribeiro, foi quem a incentivou a começar a pintar, primeiro panos de prato e depois óleo sobre tela, como forma de canalizar a dor. Entrar na residência da aposentada, no bairro Cajuru, na capital paranaense, é se deparar com essa história de sofrimento e superação, contada por meio dos mais de 50 quadros expostos em uma das salas. Além de artista plástica premiada, Marlene escreveu a autobiografia ‘Valle dos Sonhos – Um passado Real’, prepara o lançamento de seu segundo livro – “só com coisas boas” – e arranja tempo para se dedicar à dança cigana, sua paixão.

As apresentações, feitas “sob encomenda” e de forma voluntária, são voltadas a mulheres que, como ela, libertaram-se da opressão: “Eu levo a fala e a dança. Começo acorrentada; depois vou me soltando. Algumas mulheres conseguem sair desse silêncio só em mim. É um trabalho que faço com o maior prazer”, explica. “Creio que não existe o impossível. Basta estar vivo e se sentir vivo, que tudo vai se tornando fácil. Hoje posso dizer que me considero uma pessoa feliz. Transformei toda aquela violência e pobreza em arte. Eu acreditei em mim.”

CONTINUA

“Apanhava muito mesmo. Ele dizia que se eu não me calasse seria pior. E mortas não falam”

CONTINUAÇÃO

Tatuadora ajuda a empoderar vítimas

Pouco mais de um ano atrás, a recepcionista Aline Garcia, então com 28 anos, voltava do trabalho, em Curitiba, quando foi golpeada pelo ex-namorado, Joaquim Barbosa Martins. Após acertar oito facadas na jovem, deixando-a entre a vida e a morte por dez dias, ele jogou a moto que pilotava na frente de um caminhão, no Contorno Norte (rodovia que corta a capital). O veículo explodiu e o corpo do rapaz foi partido ao meio. "O que aconteceu comigo é uma coisa que já está se tornando comum: os homens não estão aceitando o fim dos relacionamentos, nem que as mulheres estão mais independen-

tes", afirma.

Enquanto ainda buscava superar algumas das marcas deixadas pela brutalidade que sofreu, Aline se deparou com um post da prefeitura da cidade na rede social Facebook, destacando o trabalho da tatuadora Flávia Carvalho. Por meio do projeto "A Pele da Flor", ela se dedica a resgatar a autoestima de mulheres vítimas de violência. "Uma cliente minha veio cobrir uma cicatriz no abdome, há dois anos. Depois que eu criei o desenho, ela me contou que foi golpeada com um canivete num bar, por um rapaz. O cara foi morar em outra cidade e ficou por isso mesmo.



"Já aceitei as marcas que ficaram no meu corpo. Agora, com a tatuagem, estou 100%", diz Aline Garcia, que foi golpeada pelo ex-namorado

**CONTINUA**

De forma voluntária, Flávia Carvalho se dedica a cobrir com tatuagem as cicatrizes de mulheres que sofreram violência

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Mas ela tinha a cicatriz e uma vergonha grande de usar biquíni ou blusa que aparecesse”, conta.

Foi então que surgiu a ideia e, na sequência, uma verdadeira peregrinação em busca de financiamento. “A cobertura de cicatriz é cara. Imaginem o tanto de mulher que sofre violência doméstica e que não tem condições de pagar. Pensei em usar a tatuagem como ferramenta para empoderar essas mulheres”, diz Flávia, que faz questão de se colocar como feminista. Diante da negativa de organizações que trabalham com o tema em apoiar a iniciativa, a tatuadora foi procurada pela Secretária Municipal da Mulher, no final de julho, e engatou uma parceria. Como ainda restam alguns trâmites para a liberação da verba relativa ao projeto, contudo, por enquanto ela tem atuado de maneira voluntária.

“Eu hoje estou muito mais consciente do que aconteceu, superei várias barreiras e até um princípio de depressão. Já aceitei as marcas que ficaram no meu corpo. Agora, com a tatuagem, estou 100%”, comemora Aline. A imagem escolhida por ela para a coxa esquerda, de um lobo com uma mulher de perfil e cabelos cacheados, simboliza a força feminina. Nada mais propício para quem deseja, ao lado dos filhos, “levantar a cabeça e seguir em frente”. O estúdio Dae-dra Art & Tattoo fica na Rua 13 de Maio, no centro de Curitiba. A profissional lembra, porém, que o “A Pele da Flor” é exclusivo para vítimas de violência ou para mulheres que fizeram mastectomia (remoção de mamas). (M.F.R.)

16 AGO 2015

“*Os homens não estão aceitando o fim dos relacionamentos, nem que as mulheres estão mais independentes*”



Marlene de Oliveira, de 60 anos, começou a pintar para se libertar das marcas de um relacionamento abusivo. “Transformei toda aquela violência e pobreza em arte. Eu acreditei em mim”

SERVIÇO

Casos de agressão e de outras violações de direitos femininos podem ser denunciados diretamente nas delegacias ou por meio do Ligue 180. O serviço, mantido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, é gratuito, funciona 24 horas por dia e preserva o anonimato. Ainda que não façam o primeiro atendimento, órgãos como o Ministério Público, a OAB e as Varas de Violência Doméstica e Familiar também podem ser acionados. A Lei do Femicídio, sancionada em março de 2015, como complemento à Maria da Penha, prevê pena de reclusão de 12 a 30 anos para quem cometer assassinatos em razão de gênero.

CONTINUA

Faltam políticas públicas para combater violência

Paraná e Roraima são os únicos estados sem secretaria da mulher; gestoras municipais dizem que quantidade de delegacias especializadas também é insuficiente



Roseli Isidoro, secretária da Mulher de Curitiba: "A despeito de toda a crise política e econômica, o Estado tem esse débito para com os paranaenses"

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Paraná e Roraima são os únicos estados brasileiros que, até hoje, não contam com uma secretaria estadual ou mesmo uma coordenadoria da mulher. Aqui, a execução das políticas públicas na área cabe à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Seds), uma "super pasta", responsável ainda pela promoção do emprego, pela economia solidária, pela assistência social, pela qualificação profissional e pelas garantias dos direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas com deficiência. Conforme a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, as demais 25 unidades da federa-

ção, incluindo o Distrito Federal, possuem estruturas próprias.

De acordo com gestoras ouvidas pela FOLHA, a existência de organismos governamentais específicos possibilitaria que um universo maior de demandas advindas dessa população fosse priorizado. A SPM fornece apoio financeiro a estados e municípios, por meio de editais e convênios. "Vamos trazer de novo essa reivindicação. A despeito de toda a crise política e econômica pela qual vem passando, o Estado tem esse débito para com os paranaenses", afirma a secretária da Mulher de Curitiba, Roseli Isidoro. A capital paranaense foi a última do País a instituir a sua secretaria, em 2013.

O governo estadual, contudo, vê a questão com ou-

tros olhos. "A existência de um organismo que faça essa articulação transversal, discutindo a institucionalização das políticas públicas para as mulheres nos respectivos órgãos locais, é o que há de mais importante para a efetividade nos resultados, independente da nomenclatura que ele tenha", argumenta a Seds, em nota. A pasta, que é chefiada por Fernanda Richa, esposa do governador Beto Richa (PSDB), completa que a política tem recortes e especificidades contempladas em todos os setores. O Executivo já teria dois convênios engatilhados com a SPM. Para a Seds, isso mostra que não existe impedimento quanto à obtenção de verbas junto à União.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 16 AGO 2015

CONTINUAÇÃO

ENTRAVES

Outro problema é o número de delegacias especializadas. Das 399 cidades paranaenses, 17 contam com estrutura própria para mulheres, sendo que a única 24 horas é a da capital. Muitas acabam recebendo idosos e crianças no mesmo espaço. “Quando chega sábado ou domingo (período em que se registram mais ocorrências), a mulher tem de ir para outra, às vezes não no mesmo distrito. Precisamos de mais recursos humanos para atender à demanda”, diz a secretária da Mulher de Londrina, Sonía Maria Lima Medeiros. Segundo ela, a implantação da Patrulha Maria da Penha, no dia 13 de julho, vem ajudando a minimizar o problema. “Funciona com duas viaturas, compostas por equipes da Guarda Municipal, que atendem pelo 153 (telefone de serviço da prefeitura)”, conta.

As outras delegacias estão distribuídas pelas regiões de Apucarana, Araucária, Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procopio, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Jacareizinho, Maringá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Toledo e Umuarama. “Muito mais do que o número, o que precisávamos era a capacitação dos agentes. Se tivéssemos pessoas sensíveis, livres de preconceitos, não seria nem necessário (uma quantidade maior de unidades)”, avalia Sandra Bazzo Barwinski, da OAB-PR.

A advogada lembra que a situação contraria normati-

vas internacionais. “No âmbito doméstico, a mulher é vítima e pode ser também a agressora das crianças, porque existe toda uma cadeia de violência. Por isso a necessidade do atendimento especializado”. Das quatro vítimas de agressões entrevistadas pela FOLHA que procuraram a delegacia em Curitiba, apenas uma disse ter sido bem atendida. As demais reclamaram de desconfiança, culpabilização por parte dos atendentes e até de recusa em se registrar o boletim de ocorrência.

A Polícia Civil informou que, “por questão estratégica”, não divulga quantos são os servidores de cada subdivisão. Argumenta, contudo, que todos os delegados possuem o conhecimento jurídico sobre a Lei Maria da Penha e que “podem realizar normalmente o atendimento à mulher que sofre violência”. O órgão alegou ainda que existe um projeto já aprovado pelo conselho da corporação, prevendo a construção de novas unidades em Cianorte, União da Vitória e Francisco Beltrão. Não há um prazo para o início das obras.

CONTINUA

A difícil tarefa de reconstruir a vida

Reconstruir a vida depois do trauma de uma violência sofrida dentro do próprio lar é o objetivo das sete mulheres que vivem provisoriamente na Casa de Maria, em Curitiba, ao lado dos filhos pequenos – incluindo as crianças, 17 das 20 vagas estão ocupadas hoje. O espaço, mantido pela prefeitura da cidade, é o único público a abrigar vítimas de agressões, geralmente encaminhadas pelos centros de referência da assistência social.

Para preservar a integridade e garantir a segurança de quem lá está, o endereço é mantido sob absoluto sigilo. A FOLHA usou esse mesmo critério para não divulgar os nomes verdadeiros das entrevistadas. Apesar de todo o cuidado em não revitimizá-las, por vezes foi difícil conter a emoção. Ainda assim, as mulheres dizem acreditar que, ao compartilhar suas histórias, podem sensibilizar outras pessoas, para que também deem um basta no círculo de opressão e abuso a que foram submetidas.

“São casos de depreciação, xingamentos, desrespeito, desvalorização e agressão física. Quando elas chegam, é feito um plano de ação, com profissionais especializados. Por ser um local de passagem, o tempo de permanência é curto – no máximo alguns meses”, explica uma das responsáveis pelo atendimento. “Durante

esse período, elas buscam se empoderar para seguir suas vidas. Auxiliamos na procura por creches e oferecemos cursos, para que as mães sejam inseridas no mercado de trabalho.”

Antônia*, de 20 anos, natural de Ponta Grossa, chegou à pousada há pouco mais de uma semana, acompanhada da filha de 2 anos. Como muitas das mulheres com quem convive, só conseguiu se libertar do relacionamento violento quando foi acolhida pela instituição. O maior entrave era o fato de depender financeiramente do ex-companheiro. “Ele me xingava e me humilhava. Bebia, batia e dizia que eu não tinha para onde ir. Na Delegacia da Mulher, disseram que seria preciso o flagrante. Foi então que eu fiquei sabendo daqui.”

Da Casa de Maria, a jovem aguarda a execução da medida protetiva, prevista na Lei Maria da Penha, e a decisão da Justiça sobre seu pedido de guarda da filha. Ao mesmo tempo, começa a procurar um trabalho, se possível na área de telemarketing. “Posso até passar fome, mas não quero mais (o ex-marido). Ninguém sabe o que eu estou sentindo. Choro, tenho pesadelo, imagino ele chegando e pegando a minha filha. É fácil falar: ‘você é nova e inteligente’. Mas para quem não teve um dia de felicidade sequer...”, lamenta.

Se engana, porém, quem pensa que o machismo e a misoginia atingem apenas pessoas pobres. A carioca Rosângela*, de 27, morava sozinha em Curitiba, cidade pela qual se apaixonou cinco anos atrás. “Eu trabalhava, tinha conta em banco e a minha indepen-

dência financeira. Então conheci o pai do meu filho, abri mão de tudo e fui morar com ele”. Segundo ela, o garoto, de um 1 ano e seis meses, foi muito planejado. O que Rosângela não esperava eram as agressões por parte do então companheiro.

“Na primeira vez que ele me bateu, corri para a delegacia e fiz o boletim de ocorrência, que não deu em nada, porque decidi retirar (a queixa) e dar mais uma chance. Depois da terceira, voltei, fiz o exame de lesão corporal - tinha manchas roxas pelo corpo e arranhões – e levei adiante. Ele agora vai responder por tudo o que fez.” Hoje, a jovem se diz pronta para arranjar outro emprego, brigar pela guarda do filho e “se reerguer”.

Há na Casa de Maria, ainda, casos como o de Amanda*, de 30, propensa a dar uma nova chance ao homem com quem é casada há dez anos. “Esse foi o primeiro episódio de agressão. Fiquei surpresa. Ele sempre foi muito calmo. Mas bebe e não andava muito bem. Dizia que ficava com medo que faltasse algo para a gente.” Numa noite de sábado, ela acordou com o marido dando socos na porta. “Pedi para ele não acordar a nossa filha (de 2 anos) e foi o suficiente.” Agora, Amanda aguarda o retorno de uma assistente social, que se propôs a conversar com o homem. “Vou ver se a gente volta ou se eu tomo outro caminho. Sei que ele não é assim. Só que já ouvi que quem faz uma vez, faz outras”, pondera. (M.E.R.)

* Os nomes utilizados são fictícios

17 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Marcas da violência

Os avanços e as conquistas obtidas pelas mulheres ainda não foram suficientes para mudar uma cultura machista arraigada em parte da população. Relatos de mulheres vítimas da violência por seus companheiros, trazidos ontem por esta FOHA, escancaram os sinais desse comportamento que deixa marcas profundas em suas vítimas. Juntamente com esses testemunhos, ainda um dado igualmente chocante: o Paraná é o segundo Estado que mais registra casos de violência contra mulheres.

Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseada em dados de 2013 (última informação disponível), aponta que a proporção de indivíduos de 18 anos ou mais que sofreram algum tipo de violência por parte de conhecidos nos 12 meses anteriores à data da entrevista foi de 3,5% no Paraná enquanto a média nacional é de 2,5%. Se for considerado apenas o sexo feminino, principal alvo desse tipo de agressão, o índice estadual sobe para 4,9%. Somente o Rio Grande do Norte tem uma proporção maior: 6,2%.

São índices bastante altos para o Paraná, ainda mais considerando a situação socioeconômica do Estado. E, por isso mesmo, reforçam a necessidade de modificar essa cultura. Educação e campanhas de conscientização podem ajudar a mudar esse panorama no longo prazo. No entanto, a gravidade da situação sugere que é preciso implantar políticas públicas que deem resultado em prazo mais curto. E, nesse quesito, a punição tem papel fundamental. Há a Lei Maria da Penha, que tipifica esse tipo de crime, mas é preciso que as forças policiais estejam preparadas para lidar com a questão.

A reportagem mostrou que falta estrutura e também capacitação para os policiais que estão exercendo a atividade. Portanto, é preciso pressionar as entidades governamentais a investir em políticas que mudem o quadro ou essas marcas da violência continuarão a manchar toda a sociedade.

15 AGO 2015

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Justiça no Bairro em Colombo

Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, recebe neste sábado (15) uma edição do programa Justiça no Bairro, organizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). Das 9 às 17 horas, a população vai receber orientações na área de divórcio, alimentos, guarda, reconhecimento de união estável, ratificação de registro civil, entre outros. Todos os serviços são gratuitos, com exceção do exame de DNA. As senhas começam a ser distribuídas às 8 horas para pessoas com renda de até três salários mínimos. É preciso apresentar documento pessoal e comprovante de endereço. O evento conta com o apoio do Instituto Curitiba de Informática (ICI), Hospital Erasto Gaertner, Exército Brasileiro, FAE e do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade Estácio. Será no Colombo Park Shopping (Rua Dorval Ceccon, 664).

15 AGO 2015

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Cunha vai recorrer de decisão de Barroso sobre votação de contas

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), prepara um recurso contra a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso que, na prática, esvazia uma articulação liderada por ele para tentar acelerar a análise das contas da presidente Dilma Rousseff de 2014. A reprovação do balanço da presidente pelo Tribunal de Contas da União pode abrir caminho para um pedido de impeachment.

Barroso decidiu nesta quinta-feira (13) que futuros julgamentos das contas de presidentes da República devem ocorrer em sessão conjunta do Congresso, com votação por deputados e senadores. O entendimento representou uma derrota para Cunha, que colocou em votação apenas pela Câmara contas de ex-presidentes para limpar a pauta livre para o debate das contas de Dilma.

Cunha afirmou que vai se reunir na segunda-feira (17) com os advogados da Câmara para discutir os termos do recurso. O peemedebista criticou a decisão do ministro do Supremo.

TSE

Gilmar Mendes pede dados sobre doações de empreiteiras ao PT

Vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Gilmar Mendes solicitou um levantamento formal sobre doações de sete construtoras investigadas no esquema de corrupção da Petrobras para o PT – OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, UTC Engenharia, Camargo Corrêa, Engevix e Odebrecht. A análise será feita nos repasses realizados entre 2010 e 2014. O cruzamento de dados foi solicitado dentro do processo de prestação de contas da campanha da presidente Dilma Rousseff nas eleições de 2014. O balanço foi aprovado pelo TSE em 2014, com ressalvas, mas Mendes determinou que o material ficasse disponível para avaliação de eventuais irregularidades. As empresas doaram ao caixa do PT R\$ 26,9 milhões – 48% dos repasses recebidos pela sigla – em 2014.

15 AGO 2015

GAZETA DO POVO

MP investiga salários da Ebserh, empresa de gestão hospitalar

O Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF-DF) entrou com ação civil pública contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que faz gestão de hospitais universitários federais, por não dar transparência aos salários dos servidores, como manda a lei. A empresa criada em 2011 não atenderia à regra que é seguida por órgãos federais. Investigação do MPF, em Minas, mostrou que pelo menos 35 pessoas receberam salários da Ebserh sem ser servidor ou prestar trabalho. Segundo afirma na ação a procuradora Eliana Pires Rocha, "a legislação é explícita relativamente à transparência ativa que se impõe aos dados das empresas públicas federais". Segundo a Ebserh, a empresa já vinha desenvolvendo um sistema para publicar as informações referentes às remunerações dos funcionários. Após a ação do MPF, a Ebserh publicou os salários dos servidores em seu portal.

Promotoria denuncia homem que decepou mãos de companheira

O Ministério Público do Rio Grande do Sul denunciou Elton Jones Luz de Freitas, 26, por tentativa de homicídio quadruplamente qualificado.

Freitas decepou as mãos e feriu a cabeça, barriga, pernas e pés da companheira Gisele Santos, 22, no último dia 2. Os dois viviam em São Leopoldo (região metropolitana de Porto Alegre) e tinham um relacionamento havia sete anos.

A denúncia do promotor Sérgio Luiz Rodrigues aponta "motivo torpe, meio cruel, que impediu a defesa da vítima, e violência doméstica". O homem se entregou à polícia após o crime e está preso preventivamente. Agora, a Justiça precisa decidir se acata a denúncia. O ataque ocorreu quando Gisele tentou romper o relacionamento abusivo.

ROSANA FELIX

Depósitos

Cometi um erro na coluna publicada no sábado passado (8). A Lei Federal n.º 151/2015 permite aos estados, Distrito Federal e municípios acesso a 70% dos depósitos judiciais ou administrativos do qual façam parte. Afirmei, erroneamente, que os governos teriam acesso a depósitos de terceiros.

O secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa, segundo informações prestadas pela assessoria, descarta problemas futuros com o uso dos depósitos judiciais. Segundo ele, os 30% restantes vão compor um fundo de reserva, "o que é mais que suficiente para garantir possíveis perdas em ações".

Os governantes olham com otimismo para os depósitos judiciais e dizem que não haverá problemas. Mas a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei. A entidade sustenta que ela viola o devido processo legal e constitui empréstimo compulsório fora das hipóteses constitucionais. Além disso, teme pela inadimplência dos governos.

Defesa do devedor em juízo

De um modo geral, os instrumentos de defesa processuais utilizados pelos devedores nas execuções fiscais movidas pela Fazenda Pública (das três esferas de governo) são os embargos à execução e a ação anulatória.

Esses meios de defesa constituem sabidamente caminhos gravosos para os demandantes, porquanto seu regular processamento condiciona-se a penhora ou depósito judicial do valor total do tributo em discussão. Em casos especiais, o mandado de segurança também é via processual adequada para afastar com celeridade uma eventual exigência tributária contaminada por ofensa a direito líquido e certo do demandante.

Assim, na execução fiscal, para o exercício do direito de defesa pelos meios tradicionais, em regra é obrigatória a oneração do patrimônio pessoal do sujeito passivo – gravame que, na verdade, como veremos, se afigura desnecessário quando a cobrança é flagrantemente descabida.

Exceção

Por isso, independentemente da efetivação da penhora ou do depósito para viabilizar a defesa do contribuinte, é possível questionar o prosseguimento do processo de execução mediante simples petição, há muitos anos criada pela doutrina e pela jurisprudência, denominada exceção de pré-executividade, cuja paternidade se atribui a Pontes de Miranda.

É que ao juiz compete verificar, até de ofício e a qualquer momento do curso processual, em primeira instância ou nos tribunais, os requisitos da execução enumerados no Código de Processo Civil (CPC).

O processo executivo deve se desenvolver, sempre que possível, do modo menos gravoso para o devedor. Trata-se de princípio consagrado no CPC, a permear a sistemática das execuções.

A doutrina, não menos que a jurisprudência, é muito rica no assunto. De acordo com o jurista Galeno Lacerda, em favor do sujeito passivo “há exceções que afastam a legitimidade da própria penhora, já que esta, como notório, pressupõe a executoriedade do título.” Para este professor, configuraria “iniquidade absurda, que o direito e o bom senso não podem acolher, se, em tal hipótese, se impusesse à defesa o grave ônus da penhora.”

Na mesma linha é o pensamento dos demais processualistas brasileiros. Araken de Assis assim se pronuncia sobre o tema:

“Algumas vezes, também, o juiz não possui condições de avaliar a ausência do requisito por escassez do conjunto probatório apresentado pelo credor. A jurisprudência dos tribunais brasileiros conhece casos escandalosos, por exemplo, de falsidade do autógrafo do devedor no título. Nessas hipóteses, e em outras tantas que a infinidade dos fatos da vida espelha, afigura-se injusto e mesmo odioso submeter

o devedor aparente a uma violenta constrição patrimonial por tempo indefinido, conquanto curial o abuso do sedizente credor”.

Em resumo, doutrina e jurisprudência reconhecem que, excepcionalmente, ao executado é dado ingressar no processo da execução sem necessidade da ação de embargos, contra pretensão do credor formulada sem o preenchimento das condições e dos pressupostos da execução. Ou seja, pode o executado pedir, no próprio processo de execução da dívida fiscal, um pronunciamento de verificação da pré-executividade, em que restam evidenciadas possíveis nulidades.

16 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Como funciona o Ministério Público e a Defensoria Pública

Diego Antonelli

■ A cada reportagem sobre crimes, danos ao patrimônio ou suspeitas de desvio do erário público, por exemplo, entram em cena alguns órgãos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública. Não raro pairam dúvidas sobre a atuação de cada um deles. Nenhum dos dois têm a atribuição de julgar. E, mesmo assim, ambos são fundamentais em um país democrático.

O Ministério Público, grosso modo, tem a missão de fiscalizar o cumprimento da lei no Brasil. Enquanto que a Defensoria atua na defesa de quem não possui condições financeiras de arcar com um advogado particular. Entenda, a seguir, um pouco mais sobre a atuação desses dois órgãos que tanto estampam o noticiário diário.

Ministério Público

O Ministério Público (MP) é um órgão que fiscaliza o cumprimento da lei no Brasil. Na Constituição de 1988, o MP está incluído nas funções essenciais à Justiça e não tem vinculação funcional a qualquer dos poderes do Estado.

Como fiscal das leis, o órgão é um defensor do povo. É papel do MP resguardar o patrimônio nacional, o patrimônio público e social. O que inclui o patrimônio cultural, o meio ambiente, os direitos e interesses da coletividade, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso.

O MP atua também na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis e no controle externo da atividade policial. Desta forma, o órgão trata da investigação de crimes, da requisição de instauração de inquéritos policiais, da promoção pela responsabilização dos culpados, do combate à tortura e aos meios ilícitos de provas, entre outras possibilidades de atuação. Os membros do MP têm liberdade de ação tanto para pedir a absolvição do réu quanto para acusá-lo.

Organização do MP

A organização do MP no Brasil está dividida entre o Ministério Público da União (MPU) e o Ministério Público dos Estados (MPE). O MPU compreende os ramos: Ministério Público Federal (MPF); Ministério Público do Trabalho (MPT); Ministério Público Militar (MPM) e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O MPE possui unidades representativas em todos os Estados e atua em casos que dizem respeito ao referido estado. Entre as principais atribuições do MPE estão ajuizar ação penal pública e exigir dos gestores públicos e dos serviços o cumprimento dos direitos citados pela Constituição Federal, como a defesa do meio ambiente, do consumidor e do patrimônio público e exercer o controle externo da atividade policial.

Defensoria Pública

É uma instituição pública que presta assistência jurídica gratuita às pessoas que não podem pagar por esse serviço. O Defensor Público é uma pessoa formada em Direito e aprovada em concurso público de provas e títulos. A principal função do Defensor é atuar em defesa daqueles que não possuem condições financeiras de pagar um advogado.

Ele pode auxiliar em uma orientação jurídica, dar entrada em uma ação ou fazer uma defesa judicial.

A defensoria atua nas áreas de Direito de família, cível, criminal, infância e juventude, execução penal. Podem ser atendidas pessoas com renda familiar de até 3 salários mínimos por mês.

Importante salientar que não é necessário encaminhamento de outros órgãos.

Os interessados podem procurar diretamente a Defensoria Pública.

Fontes: Defensoria Pública do Paraná e Conselho Nacional do Ministério Público.

16 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Olho Vivo

Parentes 1

Quem não for parente de um é parente de outro. É isto o que demonstra o livro *Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná* – na verdade uma atualização de levantamentos anteriores organizados pelo cientista político Ricardo Oliveira, da UFPR. Agora, contando com a colaboração de participantes do Núcleo de Estudos Paranaenses, a nova edição chega a períodos políticos bem recentes. Será lançado dia 24, às 19h, no Palacete dos Leões.

Parentes 2

Constata, por exemplo, que no governo do estado são grandes as relações de parentesco no 1º escalão, com desdobramentos para o 2º e 3º. São esposas, irmãos, primos distantes. Na Assembleia, "renovada" nas eleições de 2014, dos 54 deputados pelo menos sete descendem de pais e avós políticos – oligarquias que começaram a se formar desde os tempos da Quinta Comarca.

BESSA

Recanto para Fachin

O recém-empossado ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin foi a personalidade escolhida pelo arquiteto curitibano Jorge Elmor como homenageado na Mostra Artefacto Curitiba, que será inaugurada na próxima quinta-feira. O ambiente criado por ele é a "Varanda e Pocket Garden", um espaço para relaxamento e contemplação, algo de que Fachin vai precisar muito daqui para a frente em seus momentos de folga. Jorge Elmor esteve na posse de Fachin, que é seu cliente em Curitiba. E o ministro deve retribuir o gesto. Ele confirmou presença no coquetel de lançamento da Mostra.

Delator acusa Ratinho Jr. de barrar fiscalização de empresa pela Receita

Em depoimento, auditor disse que secretário usou sua influência política para beneficiar empresário “colaborador”

Chico Marés

Delator da Operação Publicano, que investiga um esquema de corrupção na Receita Estadual, o auditor Luiz Antônio de Souza disse em depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que o secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná, Ratinho Jr., usou de sua influência política para encerrar fiscalização na empresa de um “colaborador”. Ao saber de fiscalização na produtora de bonés Janbonés, de Jandaia do Sul, o secretário teria contatado Luiz Abi Antoun, que teria manobrado para encerrar as investigações. Ratinho nega qualquer relação com o caso.

Segundo o delator, havia indícios de que a Janbonés estaria “se creditando indevidamente” com ICMS por meio de notas frias emitidas por uma empresa de Apucarana.

A operação visava a aumentar o crédito de ICMS da empresa. Na época, Souza era inspetor regional de fiscalização. Diante desses indícios, foi emitido um pedido de fiscalização das duas empresas para a Inspeção Geral de Fiscalização da Receita, então chefiada por Márcio Albuquerque de Lima. A inspeção estava sendo realizada pelo fiscal Ederson Bonato.

Durante a inspeção, teria sido verificado pelo fiscal que, de fato, havia uma operação de emissão de notas fiscais frias efetuada em conjunto pelas duas empresas. Entretanto, o proprietário da Janbonés teria contatado Ratinho para solicitar que a investigação fosse encerrada.

Ratinho, então, teria ligado para Abi, que é primo distante do governador Beto Richa, especificando que o proprietário da empresa era um “colaborador”. Não foi especificado na delação com o que exatamente o proprietário da Janbonés teria colaborado. Abi teria repassado a solicitação a Albuquerque, que determinou que a investigação fosse encerrada.

Advogado de Souza, Eduardo Ferreira confirmou o teor da delação e disse que há ordens de serviço que comprovam que a fiscalização foi

iniciada, mas não concluída.

Ratinho Jr. negou ter qualquer conhecimento sobre o caso, e disse que cabe ao Gaeco e ao delator apresentar as provas. Ele afirmou ainda que conhece a empresa, “assim como muitas outras” de Jandaia — sua terra natal. Ratinho disse também que não foi comunicado sobre qualquer investigação a seu respeito referente à Publicano.

A reportagem ligou para a empresa Janbonés, mas o proprietário não deu retorno. Os advogados de Abi e Albuquerque também foram procurados, mas ambos estavam “em viagem”.

Os personagens

Souza foi preso no início do ano, quando ainda era inspetor-geral regional da Receita, envolvido em denúncias de participar de esquema de exploração sexual de menores. Ele aceitou colaborar com o Gaeco nas investigações de supostos desvios na Receita Estadual, do qual ele também teria participado.

CONTINUA

16 AGO 2015

GAZETA DO POVO

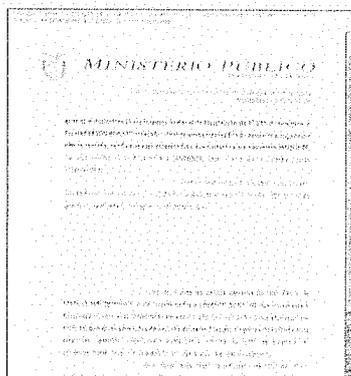
CONTINUAÇÃO

Luiz Abi foi denunciado pelo Ministério Público (MP) como suposto operador político de esquema de desvios na Receita Estadual, que funcionou entre 2011 e 2014. Nesse período, Albuquerque, também denunciado, exerceu os cargos de delegado-chefe e de inspetor geral da Receita.

Colaborou Fábio Silveira, do Jornal de Londrina.

CHAPÉU NA RECEITA

Em depoimento, ex-inspetor regional de fiscalização Luiz Antônio de Souza acusou o deputado Ratinho Jr. (PSC) de agir politicamente para impedir investigação a fabricante de bonés.



EDERSON mostrou ao depoente os indícios de que a JANNONÉS estava se creditando indevidamente com ICMS assim que foi iniciada a fiscalização na empresa JANNONÉS pelo fiscal EDERSON BONATO, o dono da JANNONÉS ligou para RATINHO JUNIOR, o qual, por sua vez, contatou LUIZ ABI, que então determinou a MARCIO ALBUQUERQUE (o qual já estava ocupando o cargo de Inspetor Geral de Fiscalização) que fosse encerrada a fiscalização na JANNONÉS, pois RATINHO disse que o empresário da JANNONÉS era "colaborador"; Que tanto a empresa JANNONÉS quanto essa outra empresa de Apucarana estavam trabalhando com notas frias, e essa situação efetivamente foi verificada,

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Prazo de inscrições para concurso do STJ termina dia 19

As inscrições para o concurso do Superior Tribunal de Justiça (STJ) terminam na próxima quarta-feira (19). O Tribunal vai preencher vagas nos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Órgão, além de formar cadastro de reserva. No total, o concurso oferece 65 vagas para graduados e profissionais de nível médio. Os interessados devem se inscrever pelo site www.cespe.unb.br/concursos/stj_15. A taxa é R\$ 70 para Técnico e R\$ 100 para Analista.

O posto de Analista oferece 41 vagas em 14 cargos, distribuídos em áreas de atividade e especialidades diversas. A remuneração é R\$ 8.803 e a jornada de trabalho varia dependendo do cargo. Para os que concluíram o ensino médio, há 24 vagas de Técnico distribuídas em várias áreas de atividade. A remuneração é R\$ 5.365. O certame começa com provas objetivas, na data provável de 27 de setembro. Para Analista Judiciário, haverá uma fase de prova discursiva. Para o cargo 2 (Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Segurança), será aplicado teste de aptidão física. Todas as fases ocorrem no Distrito Federal.

16 AGO 2015

GASPARI

Judicialização

Renan, Dilma e Levy puseram no carrinho de sua agenda um item que diz o seguinte: "Avaliar a proibição de liminares judiciais que determinam o tratamento com procedimentos experimentais onerosos ou não homologados pelo SUS".

Não pagar esses procedimentos é uma antiga reivindicação das operadoras de planos de saúde. O doutor Antonio Carlos Abbatepaolo, diretor executivo da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, sustenta que há "divergências no próprio mundo jurídico" em relação a essas decisões. Jogo jogado, pois, sem divergências, não existiria mundo jurídico. Proibir o outro de ir ao juiz é o sonho de todo litigante.

A porca torce o rabo quando se sabe que as operadoras bateram à porta do STF sustentando que a cobrança do ressarcimento ao SUS é inconstitucional. Mais: em 2006, o presidente da Abramge sugeriu aos seus associados que recorressem aos tribunais contra essas cobranças. Já chegaram à Justiça centenas de reclamações.

COLUNA DO LEITOR

Depósitos judiciais

O governo federal vai sancionar o projeto de lei que autoriza o uso dos depósitos judiciais pelos estados, mas que mantém a hierarquia dos gastos — ponto que inicialmente desagradava os governadores. Esse projeto é muito importante, pois vai poder ser utilizado para o pagamento de precatórios, previdência social e para o investimento em PPP, segundo fontes do governo. Essa lei preserva os depósitos judiciais, pois 30% dos valores ficam depositados. Se em algum momento se reduzir esse percentual, os estados terão 48 horas para fazer a recomposição. Mesmo com as restrições impostas, esse projeto de lei foi bem aceito pelos governadores.

Danilo Guedes Romeu, professor

FRASE

"No Brasil, acho que a questão de droga tem que levar em conta em primeiro lugar o poder que o tráfico exerce sobre as comunidades carentes e o mal que isso representa."

Marco Aurélio Mello, ministro do STF.

Nota pública de apoio à Justiça, ao Juiz Sérgio Moro, ao Ministério Público e à Polícia Federal do Paraná

Desde março do ano passado, a sociedade brasileira vem assistindo às ações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal do Paraná na Operação Lava Jato, que tem investigado um grande esquema de lavagem de dinheiro.

Trata-se do mais grave caso de corrupção já revelado no Brasil, de âmbito nacional e internacional, que traz consequências econômicas, políticas e sociais incommensuráveis.

Diante da seriedade do tema, o SINDUSCON-PR*, na qualidade de representante de mais de três mil empresas que atuam no segmento da construção civil, quer externar o seu apoio à PF-PR, à JF-PR e ao MPF-PR pelo excelente trabalho que estas instituições vêm desempenhando frente às investigações, identificando os envolvidos e dando o encaminhamento legal para todos, independente de quem sejam.

Ao punir os agentes responsáveis por este grande esquema, estas instituições dão um passo importante no combate à corrupção e à cultura da impunidade, que tanto

prejudicam a Nação.

Neste sentido, a atuação firme do Juiz Federal paranaense, o Doutor Sérgio Moro, tem sido determinante, e merece todo o nosso apoio, pois muito nos honra ao estar à frente deste importante trabalho, que dá a oportunidade de passarmos o País a limpo.

É isso que a sociedade espera da Justiça brasileira, razão pela qual todos os cidadãos de bem acompanham atentos os desdobramentos deste caso, convictos de que nada – e ninguém – poderá interferir nas investigações e procedimentos judiciais, para que, ao fim e ao cabo,

os declarados culpados sejam punidos, conforme o prescrito na lei.

Isto certamente irá aperfeiçoar o ambiente institucional e de negócios no País.

São ações como estas, de combate frontal à corrupção, que contribuirão para a construção de um País mais justo e melhor para todos e para as futuras gerações.

Ao combater a corrupção e a impunidade, as instituições dão um passo importante para melhorar o ambiente de negócios no País.

A DIRETORIA

José Eugenio Souza de Bueno Gizzi
Presidente

(*) em Assembleia Geral Extraordinária e por unanimidade, as empresas associadas deliberaram pela presente manifestação.

17 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Moro vira ídolo dos manifestantes

Por todo o país, participantes de protestos enaltecem a atuação do juiz que conduz os processos da Operação Lava Jato

| Da Redação

Em faixas, coros e até com um boneco gigante, os manifestantes contra a presidente Dilma fizeram neste domingo (16), pelo Brasil, diversas demonstrações de apoio ao juiz federal Sergio Moro, que comanda os processos relacionados à Operação Lava Jato. O juiz, que mandou prender executivos das maiores empreiteiras do país e políticos, foi lembrado também em máscaras e camisas.

Assim como em outros atos pelo Brasil, a manifestação em Curitiba teve direito a inúmeras frases e gritos de apoio à Operação Lava Jato, mais especificamente, ao juiz federal Sergio Moro, que conduz os processos relacionados à investigação. Muitos dos manifestantes que compareceram ao ato portavam faixas e cartazes com dizeres que parabenizavam os trabalhos realizados pelo magistrado des-



Em Curitiba, um selfie com o Sergio Moro de papelão.

de o ano passado, quando as investigações começaram. “Lava Jato. Nós apoiamos”; “Apoio a Sergio Moro” e “Eu amo Sergio Moro”, era o que traziam algumas das faixas.

Uma imagem do magistrado também fez sucesso. A reprodução em tamanho real do juiz atraiu os participantes do ato, que tiraram inúmeras *selfies* ao lado da imagem.

No Recife, um grupo levou para o ato um boneco gigante do magistrado, inspirado nos utilizados no Carnaval de Olinda. Uma faixa dizia: “Moro, não nos abandone”.

No Rio de Janeiro, onde a manifestação também começou pela manhã, integrantes do movimento “Vem Pra Rua” trouxeram uma faixa que dizia “Je suis Moro”, em

referência ao lema de apoio ao jornal francês *Charlie Hebdo*, alvo de um ataque no início do ano.

Em São Paulo, o grupo “União Nacionalista Democrática”; que prega intervenção militar, promoveu um coro em um carro de som que dizia: “Lula, cadê você? O Sergio Moro vai te prender”. Em frente ao Masp, um manifestante trouxe um cartaz que dizia: “BNDES vem aí; cadeia neles, Moro”.

No calçadão da Barra, em Salvador, um grupo trouxe uma faixa com fotos de Moro, dos procuradores da República responsáveis pela Lava Jato, do procurador-geral Rodrigo Janot e do ex-presidente do Supremo Joaquim Barbosa. A peça dizia: “Patriotas”.

CONTINUA

17 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

EMERSON CERVI

O que escolheremos?

OPINIÃO

EMERSON CERVI, cientista político e professor da UFPR

Não é fácil descrever eventos políticos enquanto eles acontecem. O risco é se deixar levar pelas paixões de momento. Essa é a minha impressão quando leio o que se escreve sobre os protestos. No desenrolar dos fatos é possível, apenas, identificar alguns sinais. Não é possível fazer qualquer tipo de previsão sobre eventos futuros a partir deles. Por isso, pretendo apontar apenas três pontos relativos à descrição do atual momento: há uma descrença nas instituições, vivemos uma transição política e temos de optar entre aristocracia, plutocracia, demagogia ou democracia.

As manifestações de domingo reuniram mais pessoas que as de abril, mas foram menores que as de março. Ao invés de falarmos em centenas de milhares, estamos falando em deze-

nas de milhares. Isso é algo negativo? Não necessariamente. O movimento de ontem teve como novidade a organização mais estruturada e próxima a partidos de oposição – portanto, menos espontânea. A redução no número de participantes mostra um descrédito aos atuais atores da cena política – não desmobilização. Estamos aprendendo a não ser usados para fins particularistas.

A segunda é que estamos entrando em uma transição, fim de ciclo político. A questão é que não precisaria ser uma transição tão radical e bélica. E a responsabilidade pelo belicismo percebido nas manifestações é principalmente do PT. Para mim, o Fora Dilma é só um meio para o Fora PT. Mas, se o PT foi eleito democraticamente, de onde vem tanta oposição? Das escolhas do próprio PT, que nunca teve grande preferência. Em 2002 o PT venceu a eleição em uma conjugação de fatores que incluíram o carisma de Lula, a rejeição ao PSDB depois de repetidas denúncias de corrupção não investigada nos governos FHC e, principalmente, uma aliança do partido com a classe média urbana. Depois disso, o PT resolveu abrir mão da classe mé-

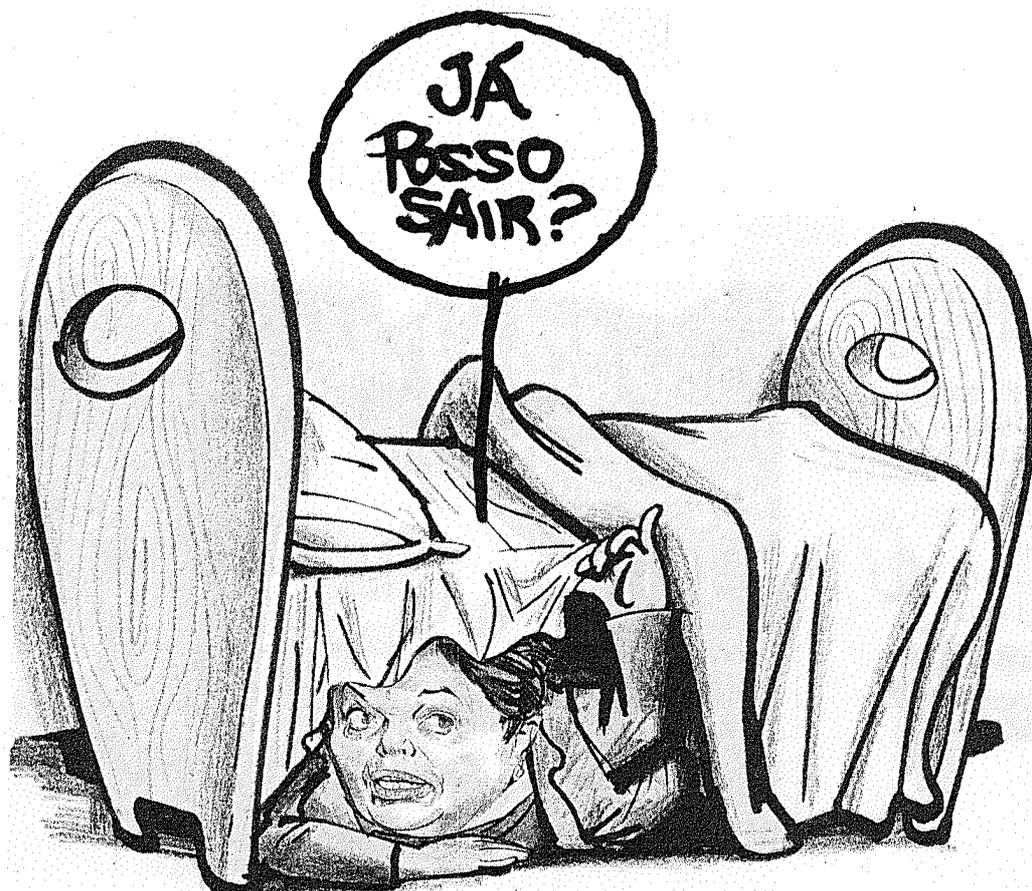
dia urbana. Achou que poderia governar apenas com as classes subalternas urbanas. A consequência foi jogar a classe média urbana no colo do conservadorismo de direita.

A questão, para nós, a grande maioria que vai viver esta segunda-feira como qualquer outra, é saber o que queremos de fato com as manifestações. Uma manifestação não é fim em si mesma, é meio para o que virá depois. Ela pode favorecer uma aristocracia, para a qual as atuais mudanças não interessam. Pode favorecer uma plutocracia política rica, que independente de sigla ou cor, se reconhece como legítima detentora do Estado, achando que pode fazer o que bem entender com ele. Nossas manifestações também podem ser um terreno fértil para o surgimento de lideranças demagogas, que não falam com o povo, nem a favor do povo. Se colocam como o próprio povo. Ou as manifestações podem fortalecer nossas instituições políticas, reduzindo a dependência a figuras populares, carismáticas ou heróis nacionais, construídos artificialmente. Cabe a nós a escolha. Infelizmente só podemos optar por um desses caminhos. E, pior, depois de feita a escolha não dá para voltar atrás. Nossa responsabilidade é grande, não podemos brincar.

17 AGO 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



COLUNA DO LEITOR

Golpe1

Desde que o resultado da eleição de 2014 foi promulgado, aqueles que perderam estão tentando, de todas as formas, arquitetar um golpe para tirar a presidente Dilma Rousseff do poder. Boa ou ruim, ela foi eleita pela maioria da população brasileira. Deveria haver, ao menos, um pouco de respeito à democracia. Já vivemos um golpe militar – entre 1964 e 1985 – e todos nós sabemos o que aconteceu naquele período. Um golpe civil também não vai ajudar em nada o nosso país.

Ricardo Coimbra

Golpe2

O engraçado é que se fala em golpe, mas o regime não é o democrático? O Brasil está em crise ou alguém de repente ficou cego?

Adriana Margareth de Jesus

17 AGO 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

De Bolero de Ravel a Mamãe eu Quero

Bolero de Ravel, *Que País é Esse?* e uma paródia de *Mamãe eu quero* embalaram o início do protesto contra o governo federal ontem, na Praça Santos Andrade. As músicas vinham dos caminhões de som que animavam os manifestantes. A popular marchinha carnavalesca virou "Dilma, eu quero, Dilma, eu quero, Dilma, eu quero mamar, dá uma teta, dá uma teta que o PT quer roubar". O juiz Sergio Moro estava literalmente com todo o cartaz. Cartazes exaltavam o magistrado paranaense. Um deles trazia a inscrição: Eu "amo" Sergio Moro, com um coração substituindo a palavra amo. O oftalmologista Aristides de Athayde Neto e a mulher, a joalheira mineira Elizabeth Leste de Athayde (ela vestida de calça amarela e blusa verde), acompanhavam discretamente o movimento em volta. "Estamos aqui porque somos contra a corrupção. Impeachment só se for provada alguma coisa contra a presidente. Sou democrata", disse ele. Sobrou até para Jô Soares. Do alto de um dos caminhões um rapaz que discursava pediu uma vaia para o apresentador da Globo, no que foi atendido. O protesto reuniu gente que pedia a volta do regime militar e o movimento separatista "O Sul é o meu país". A coordenadora do movimento "Acorda Brasil" no Paraná, a empresária curitibana Cristiane Ribas, 48 anos, disse à coluna que o protesto não é só em apoio ao Fora Dilma e Fora PT, mas a tudo o que a operação Lava Jato está investigando. "O que está errado a gente é contra, o que está certo a gente apoia. Somos a favor do combate à corrupção, não importa o partido", disse, visivelmente emocionada. Questionada sobre as denúncias envolvendo o governo do Paraná, administrado pelo PSDB, ela respondeu: "Neste momento nosso objetivo é apoiar a [operação] Lava Jato para que ela não acabe". A enorme bandeira do Brasil, com 50 metros de comprimento e seis de largura, costurada à mão, foi levada pelos militantes do movimento, liderado nacionalmente pela empresária e socialite paulistana Rosângela Lyra, ex-sogra do jogador Kaka.

COLUNA DO LEITOR

Lava Jato

O juiz Sergio Moro não está sozinho. Há uma equipe muito bem estruturada que lhe dá suporte e, com o tempo, também merecerá o devido destaque (**Gazeta**, 10/8). Mas eles não estão preocupados com isso, mas, sim, com o esclarecimento dos fatos investigados pela Operação Lava Jato. Eles devem seguir em frente, pois precisamos limpar o país – nem que seja parcialmente. Aqueles que porventura conseguirem escapar agora, serão alvo de outras investigações.

Sergio Maciel Molteni

17 AGO 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

LEITORES

■ “Os integrantes dos Três Poderes recebem salários cada vez mais incompatíveis com a situação do país.” **Humberto Schuwartz Soares.**

Máquina pública

Os integrantes dos Três Poderes recebem salários cada vez mais incompatíveis com a situação do país. O destoante acréscimo nas mordomias – sem que haja eficiência funcional e racionalidade no exorbitante efetivo funcional – é um diferencial idêntico ao de certo país europeu em sérias dificuldades e que, mesmo com a ajuda de bilhões e bilhões de euros, não vislumbra perspectiva de solução do gravíssimo problema econômico. Eles compõem uma “casta” brasileira diferenciada que, cada vez mais, sorve os recursos da pesada carga tributária. Pouco sobra para se investir e amenizar os precários serviços elementares sob a tutela governamental, tais como infraestrutura, saúde, transportes, educação.

Humberto Schuwartz Soares, Vila Velha - ES

17 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Nova onda de judicialização ameaça saúde do setor elétrico nacional

Além da “guerra de liminares” de obras atrasadas, outros questionamentos como o recolhimento do ICMS da energia também foram parar na Justiça

Cíntia Junges

Os desdobramentos da crise energética chegaram com força aos tribunais, onde está ocorrendo uma nova onda de judicialização de temas que podem fragilizar ainda mais o setor elétrico brasileiro. Além da “guerra de liminares” envolvendo obras atrasadas, três questões importantes também foram parar na Justiça: o recolhimento do ICMS da energia; o pagamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); e o questionamento sobre a responsabilidade pelo risco hidrológico, que tem levado prejuízo bilionário à área de geração (leia mais nesta página).

No Paraná, pelo menos cinco empresas conseguiram reduzir na Justiça o ICMS pago sobre dois componentes da conta de luz - as tarifas de uso dos siste-

mas de transmissão (Tust) e de distribuição (Tusd). O argumento de que o tributo deve incidir apenas sobre o valor da mercadoria, e não sobre o seu transporte, teve parecer favorável na Justiça paranaense e em outros estados também, onde decisões semelhantes estão se replicando. Neste caso específico, os sucessivos aumentos na tarifa de energia foram determinantes para que as empresas recorressem à Justiça para tentar amenizar parte desse ônus, lembra o advogado Atila Mello, do Castilho & Scaff-Manna Advogados, que defende clientes com essa demanda. “O assunto ainda é novo, mas pode levar a uma enxurrada de ações nos estados”, avalia.

Os atrasos nas obras do setor são outra fonte de disputas judiciais. Pronta desde o início deste ano, a usina de Teles Pires, no Mato Grosso, com 1.820 megawatts (MW) de potência, ainda não gerou a energia porque a linha de transmissão não está pronta. O consórcio dono da hidrelétrica entrou na Justiça para cobrar o prejuízo do responsável pela malha, o consórcio Matrinchã, formado pela chinesa State Grid e pela Copel.

Casos como este se repetem aos montes no setor elétrico brasileiro em obras transmissão e geração. Liminares protegem as empresas da responsabilidade pelos atrasos com base em alegações como problemas com as liberações de licenças ambientais e greves de trabalhadores nos canteiros de obras. Argumentos como esse já foram utilizados, por exemplo, pelas hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Colíder, da Copel, cuja primeira turbina deve entrar em operação no segundo semestre de 2016, com quase dois anos de atraso em relação ao cronograma original previsto no contrato. As distribuidoras que contrataram a energia dessas obras atrasadas precisam recorrer ao mercado livre, onde o preço é maior, para atender suas demandas.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Negociação

Enquanto os processos se multiplicam nos tribunais, o governo corre para evitar que temas espinhosos ganhem corpo na Justiça. No momento, a maior ameaça é a tese de que as geradoras não devem pagar pelo custo maior da energia por causa da seca. Uma série de liminares livram as principais geradoras das perdas geradas pelo déficit de geração hídrica, o chamado GSF, elevando o risco de inadimplência na liquidação dos contratos feita mensalmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Só neste ano, o rombo estimado pelas empresas com a geração abaixo da garantia física é de quase R\$ 20 bilhões. “Esta é, sem dúvida, a questão com o maior potencial de prejuízo e danos para o mercado porque afeta todo o processo de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)”, afirma Christopher Vlavianos, presidente da Comerc Energia. “Se não for resolvido logo, esse problema pode travar o mercado”, acrescenta.

O governo tenta convencer as empresas a desistirem das liminares e costura uma solução para o problema. Uma das propostas inclui a transferência desse custo para o consumidor, por meio de um sistema semelhante ao de bandeiras tarifárias, que tem amenizado o problema de caixa das distribuidoras.

BARREIRA ROMPIDA

A Medida Provisória 579 abriu caminho para uma série de processos que correm na Justiça. Da renovação das concessões ao rateio bilionário dos custos de acionamento das termelétricas, a maior parte das novas ações são desdobramentos da MP 579 de 2012, que reduziu a conta de energia em quase 20% em troca da renovação antecipada das concessões. “Antes da MP, os agentes evitavam entrar na Justiça até o último instante por se tratar de um setor muito regulado, com muita interferência do governo e financiado pelo basicamente por bancos estatais. A partir da MP, toda vez que um agente se sente prejudicado, ele entra na Justiça”, afirma Christopher Vlavianos, presidente da Comerc.

DECISÃO FAVORÁVEL

Redução do ICMS na Justiça favorece empresas que não têm direito à compensação

O argumento de que o ICMS deve incidir apenas sobre o valor da energia, e não sobre o seu transporte, tem sido acolhido pela Justiça de vários estados brasileiros. Nem todas as empresas que entram na Justiça, contudo, terão ganhos significativos com uma decisão favorável, ressalta Elton Lacerda Dutra, coordenador do contencioso tributário do Martinelli Advogados Paraná. Segundo ele, a via judicial tem se mostrado

mais viável para prestadores de serviços - como hotéis, shoppings e hospitais - que não têm a possibilidade de compensar créditos de ICMS, como faz a indústria, por exemplo. “É importante avaliar, pois nem sempre haverá um ganho direto com a ação. Há casos em que a economia não compensa”, diz Dutra. A rede curitibana de hotéis Deville é uma das cinco empresas paranaenses que conseguiram na Justiça liminares impedem a cobrança do ICMS sobre as tarifas Tust e TUSD, reduzindo assim a base de cálculo do imposto cobrado na fatura. Depois de trocar equipamentos, substituir lâmpadas frias por LED e utilizar geradores em horários de ponta, a empresa recorreu à Justiça para tentar amenizar o peso crescente da tarifa de energia no custo de operação. A empresa obteve decisões favoráveis em caráter liminar nos estados do Mato Grosso, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul que devem representar uma economia de até 2% na fatura total de energia, estima Nivaldo Ramalho de Oliveira, diretor administrativo-financeiro da rede Deville. “Depois da folha de pagamento e dos encargos, a energia elétrica é o nosso terceiro maior custo. Parece pouco, mas a possibilidade de a cobrança retroativa dos últimos cinco anos acrescido de correção monetária nos motivou”, afirma. Do primeiro semestre de 2014 para cá, o peso da energia em relação à receita total da rede passou de 3,39% para 5,14%, alta de quase 36%. Apesar de já poder se beneficiar da liminar, a rede decidiu depositar o valor em juízo até uma decisão final da Justiça.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

17 AGO 2015

CORRIDA À JUSTIÇA

Saiba mais sobre as principais demandas que têm sido levadas aos tribunais de todo o Brasil:

DÉFICIT DE GERAÇÃO HÍDRICA (GSF): Uma série de liminares obtidas por associações, como a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), protegem geradoras de energia dos prejuízos causados pelo déficit de geração das hidrelétricas, o chamado GSF. Em consequência da falta de chuvas e do baixo nível dos reservatórios, as usinas hidrelétricas não têm conseguido produzir a energia suficiente para honrar seus contratos e precisam comprar energia mais cara no mercado à vista, gerando um rombo bilionário que se acumula desde 2014. As decisões desobrigam essas empresas do pagamento dessa conta. O risco hidrológico sempre fez parte do negócio de geração, mas a crise do setor gerou uma corrida à Justiça. O custo desse déficit sendo rateado pelas empresas que não estão protegidas por liminares. As empresas cobram do governo uma solução estrutural para o problema. O governo, por sua vez, tenta resolver esta questão antes que ganhe corpo na Justiça a tese de que as geradoras não devem pagar pelo custo maior da energia por causa da estiagem. Sem muito a oferecer, uma das propostas do governo é a extensão dos contratos dessas usinas. Outra seria o repasse desse custo aos consumidores pode meio de um mecanismo semelhante ao das bandeiras tarifárias.

ICMS DA ENERGIA: Com a crise no setor elétrico e o reajuste na conta de luz, é crescente o número de empresas que estão recorrendo à Justiça para reduzir a fatia de ICMS pago pela energia. Em todo o país, as empresas têm procurado o judiciário amparadas em dois entendimentos distintos em relação à cobrança do tributo. O mais comum e pacificado na diz respeito à redução da base de cálculo do ICMS. As decisões favoráveis até o momento impedem a cobrança do tributo sobre dois componentes da conta de energia: as tarifas de uso dos sistemas de transmissão (Tust) e de distribuição (Túsd). O argumento é o de que o ICMS deve incidir somente sobre o valor da mercadoria (energia), e não sobre o seu transporte.

Outro aspecto que começa chegar à Justiça está relacionado à alíquota do ICMS. Com base no princípio da seletividade - previsto na Constituição Federal, segundo o qual serviços essenciais (como a energia) não podem ser tributados com alíquotas superiores à média do tributo cobrado de bens supérfluos -, empresas estão recorrendo ao judiciário. Recentemente, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu favoravelmente a empresa do Rio de Janeiro, mas não teve repercussão geral. Um caso semelhante na Justiça de Santa Catarina, contudo, teve parecer favorável da Procuradoria Geral da República aos contribuintes com repercussão geral, o que abre precedente para que outras empresas se beneficiem dessa decisão em ações futuras.

CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO: Indústrias filiadas à Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) entraram na Justiça contra a cobrança de encargos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Ao todo, 46 grandes empresas filiadas a associação pedem a isenção da cobrança feita pela Aneel, que só neste ano deve gerar um custo superior a R\$ 3 bilhões. A entidade representa grandes grupos industriais, como Alcoa, Gerdau, Braskem, Vale e Votorantim. Segundo a Abrace, não há base legal para a cobrança do encargo da CDE feita pela Aneel.

Antes da crise do setor elétrico e da A Medida Provisória 579, que reduziu a conta de luz em média em 20%, esses encargos que subsidiavam, entre outras coisas, as políticas públicas dos setor elétrico, eram pagos pelo Tesouro Nacional. Em 2013 e 2014, foram mais de R\$ 20 bilhões aportados na pelo governo na CDE. Agora, sem dinheiro e em processo de ajuste fiscal, o governo transferiu a conta aos consumidores. A conta ficou pesada, principalmente para a indústria, e o caminho dos grande consumidores foi recorrer à Justiça.

RUY BARROZO

RUY BARROZO



Publicado 16 de agosto de 2015 às 23h46

RB| Justiça

CWB sedia o 104º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça Do Brasil.



Des. Paulo Roberto Vasconcelos – presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

CONTINUA

17 AGO 2015

Paraná Portal

CONTINUAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná sedia de quinta a sábado o 104º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Os objetivos do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil são: a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, especialmente do Poder Judiciário Estadual; a integração dos Tribunais de Justiça em todo o território nacional; o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas; o estudo e o aprofundamento dos temas jurídicos e das questões judiciais que possam ter repercussão em mais de um Estado da Federação, buscando a uniformização de entendimentos, respeitadas a autonomia e peculiaridades locais.

Durante o encontro dos 27 presidentes, acontecem debates, palestras e reuniões com o intuito de fortalecer o poder judiciário brasileiro.

15 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Uso de depósitos judiciais é alvo de ações

Ao menos 4 leis que permitem a utilização de dinheiro por Estados e municípios são contestadas no Supremo

Entre elas, está a recém-sancionada por Dilma, de autoria de Serra; argumento é de inconstitucionalidade

EDUARDO CUCOLO
DE BRASÍLIA

Ao menos quatro leis sobre utilização de parcela de depósitos judiciais por Estados e municípios estão sendo contestadas no STF. Entre elas, a recém-sancionada por Dilma Rousseff, que permite a governos e prefeituras transferir para seus caixas até 70% dos depósitos referentes a ações das quais façam parte.

Pela nova lei, a prioridade é usar o dinheiro para pagar precatórios. Proposta pelo senador José Serra (PSDB), a norma agora é questionada pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), que alega inconstitucionalidade.

Minas, Paraná, Rio e Bahia estão entre os Estados e municípios que já haviam aprovado em suas Assembleias, nos últimos anos, projetos semelhantes. A PGR (Procuradoria-Geral de República) entrou no STF com ações contra os três primeiros Estados.

As leis estaduais contêm ao menos uma diferença importante. Permitem ao poder público se apropriar também dos depósitos feitos na Justiça em processos particulares, como uma disputa entre duas pessoas físicas.

A PGR argumenta que o pagamento de precatórios deve ser feito com receita própria e que compete só à União legislar sobre a questão.

Embora essas questões não se apliquem à lei federal, a AMB alega que a norma não garante a imediata devolução dos recursos em caso de perda por parte da administração pública ao fim do processo e que o texto viola a separação entre os Poderes.

Antes da edição desta lei, já era permitido que União, Estados e municípios tivessem acesso a depósitos referentes a disputas tributárias para pagamento de precatórios. A lei a respeito da União foi questionada no STF, mas o governo venceu a disputa.

A nova lei também diz que a parcela dos depósitos que não é repassada deve ser mantida sempre em 30%, percentual que foi calculado pelo autor da proposta com base no índice de derrotas que esses entes costumam sofrer na Justiça, acrescido de uma margem adicional.

48 HORAS

Se o poder público tiver uma derrota que deixe o saldo abaixo do limite estabelecido, é necessário repor o dinheiro em até 48 horas.

Serra defendeu a nova legislação porque ajudará a melhorar as contas de Estados e municípios e afirmou que é necessário fixar um prazo para os bancos repassarem o dinheiro aos governos regionais. Dilma vetou esse ponto do projeto.

A Secretaria da Fazenda do Rio também afirma que não há risco para quem tenha feito depósitos judiciais, pois,

“no caso de falta de recursos, o fundo será imediatamente ressarcido”.

A Secretaria de Fazenda de Minas informou que, nos itens contemplados pelas duas legislações, prevalecerá o que determinar a lei federal.

15 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria denuncia homem que decepou as mãos da companheira

Acusação é de homicídio quadruplamente qualificado

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE CAXIAS DO SUL (RS)

O Ministério Público do Rio Grande do Sul denunciou Elton Jones Luz de Freitas, 26, por tentativa de homicídio quadruplamente qualificado.

Freitas decepou as mãos e feriu cabeça, barriga, pernas e pés da companheira Gisele Santos, 22, no último dia 2.

A moça chegou a se fingir de morta para tentar escapar dos golpes de facão desferidos por Freitas.

Seus pés foram reconstruídos em cirurgia, mas os médicos não conseguiram recuperar as mãos. Gisele precisará de próteses e de fisioterapia para voltar a caminhar.

Os dois viviam em São Leopoldo (região metropolitana de Porto Alegre) e tinham um relacionamento conturbado havia sete anos.

A denúncia do promotor Sérgio Luiz Rodrigues aponta "motivo torpe, meio cruel, que impediu a defesa da vítima, e violência doméstica".

O homem se entregou à polícia após o crime e está preso preventivamente. Agora a Justiça vai decidir se acata a denúncia apresentada pelo Ministério Público.

O ataque ocorreu quando Gisele tentou romper o relacionamento abusivo. A jovem contou que socos, pontapés e empurrões eram comuns e que Freitas a afastou dos estudos, do trabalho e dos amigos por ciúme.

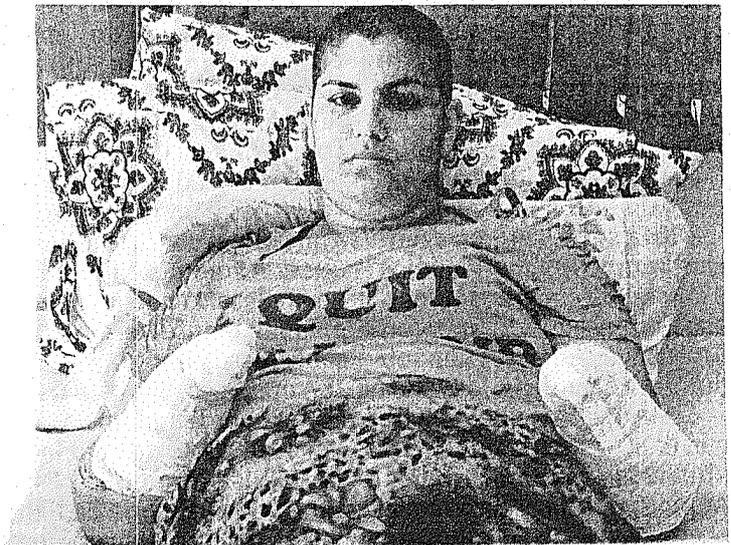
Gisele contou que tentou romper o relacionamento inúmeras vezes, mas Freitas se dizia arrependido das agressões e ela acabava perdendo os ataques.

A moça relatou que, no dia do crime, disse ao companheiro que o relacionamento estava terminado e que um dos dois sairia de casa.

Ele então fechou a porta, colocou a chave no bolso e iniciou a agressão, segundo relato da moça. Ainda segundo Gisele, após os golpes, Freitas saiu dizendo que ia dar um beijo na mãe porque seria preso.

"Eu achei que ia morrer. Quando ele saiu, eu gritei. Queria me despedir da minha mãe", contou Gisele.

Gisele foi socorrida por uma vizinha e chegou consciente ao hospital. (PAULLA SPERB)



Gisele Santos, que foi atacada com facão e perdeu as mãos

16 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

A sociedade não pode ficar imobilizada por incerteza e medo

MINISTRA DO STF, CÁRMEN LÚCIA DIZ QUE CRISE
DEVE SER SUPERADA ANTES DA CAMPANHA DE 2016

RAIO-X
CÁRMEN LÚCIA

IDADE 61 anos

FORMAÇÃO PUC de Minas

ÁREA
Direito Constitucional



A ministra Carmen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, em Brasília

CONTINUA

MARIA CRISTINA FRIAS

COLUNISTA DA FOLHA

FREDERICO VASCONCELOS

DE SÃO PAULO

A ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), alerta para o risco de o país chegar às eleições do ano que vem no atual clima de instabilidade política.

“Em um ano, estaremos com outra campanha eleitoral nas ruas. Se chegarmos nesse ambiente de incertezas, não sei como será a campanha de 2016. Essa fase de crise, de não se saber para onde ir, precisa ser superada.” Para ela, a campanha presidencial tem mais visibilidade, mas a municipal é mais violenta. “Instituições podem chegar a consensos que se imponham para o cumprimento dos agentes que são isso mesmo, agentes, não donos do poder. A sociedade não pode ficar imobilizada por incerteza e medo do que pode acontecer”, diz a ministra que assumirá a presidência do Supremo em um ano.

A seguir, os principais trechos da entrevista à **Folha**.

Folha - O mensalão criou uma expectativa positiva em relação ao Supremo...

Cármen Lúcia - Acho que existe para esses grandes casos. Com quase 100 milhões de processos [para serem julgados], D. Maria, lá do interior, também espera a resposta dela.

Há excesso de recursos?

Vejo a tendência de que a presteza dê à sociedade a certeza de que quem estiver correto, será absolvido em prazo curto, e o condenado, idem. Por outro lado, o processo tem sua fase de amadurecimento que não é bem percebida pelo cidadão. Já votou uma vez, por que votar de novo? Tenho de garantir o

direito à defesa, mas com celeridade. Isso vale para casos rumorosos e para o traficante que recorre, sai, recorre e volta para a comunidade. Em um júri a respeito de um réu que matou sua mulher há 14 anos, o filho de 8 anos que viu o crime já tem 22 anos. Será uma aplicação da lei, não justiça.

As pessoas estão insatisfeitas com a economia, e nós vamos ter de passar por essa fase. Para o cidadão comum, o que está sendo retirado pelo ajuste deve-se à má política ou ao dinheiro que vazou pela corrupção. Ele se sente agredido, cansado. “Já briguei contra a ditadura, elegemos um presidente que foi afastado, aí chegamos aqui.”

Se não ocorrer um acidente de percurso, em um ano, o país terá mulheres nas cúpulas dos poderes Executivo e Judiciário. Como avalia a mulher que está do outro lado da rua em Brasília?

Ainda está longe. Houve caso de presidente que ficou apenas um dia no Supremo... Mulheres têm visões diferentes e complementares... Até as penitenciárias femininas são mais arrumadas. Que ninguém se engane, não é por estar no Supremo que não sofro preconceito. Já ouvi que juízas são mais rigorosas em penal. Temos a mão que afaga e que educa.

Como vê a reforma do estatuto da magistratura?

Do jeito que está, não passa. Privilégios são incompatíveis com a República. O presidente [Ricardo] Lewandowski apenas acolheu sugestões para que fossem estudadas.

A sra. é a favor da proposta de Lewandowski de aumento de salário no Judiciário?

Penso que não é hora de aumento. Se todos têm de fazer um sacrifício, nós também temos. Acho que ele cogitou a recomposição de valores que outros servidores tiveram.

O juiz é privilegiado?

O Diário Oficial teria de publicar todos os contracheques. Todo cidadão deveria ter o direito de saber quanto ganha o juiz, o procurador, o promotor. Eu não sei. A lei da transparência ainda não foi devidamente valorizada.

E a crise?

É preciso saber para onde estamos indo, chegar a um consenso mínimo. Estamos a um ano de ter outra eleição. A campanha eleitoral presidencial dá muita visibilidade por causa das políticas públicas nacionais, mas não se morre por causa de presidente. Mata-se e morre-se por causa do vizinho candidato a vereador. Cidade pequena não tem partidos, tem lados.

Prevê mais acirramento?

Se chegarmos nesse ambiente de incertezas, não sei como vai ser a campanha do ano que vem. Mas essa fase de crise, de não saber para onde ir, precisa ser superada. Acho que o brasileiro precisa primeiro saber que ele tem de dizer o que quer. Não é com placas “abaixo tudo” porque com elas, o que vem no lugar? Precisamos sair disso.

A sra. defende uma saída...

Uma saída institucional.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Com a saída da presidente?

Não, não estou falando de governantes, e sim dos cidadãos. A sociedade precisa se organizar, estabelecer qual o consenso que se pode extrair. Instituições têm voz pela imprensa livre e podem chegar a consensos que se imponham para o cumprimento dos agentes que são isso mesmo, agentes, não donos do poder. A sociedade não pode ficar imobilizada por incerteza e medo do que pode acontecer. Uma sociedade não continua nesse desassossego muito tempo. O essencial é que ninguém imagine que se possa fazer à revelia da Constituição. Ela não é sugestão, é lei, para ser cumprida.

Nenhuma ruptura institucional será admitida, de jeito nenhum. Não há crise constitucional, há crise de confiabilidade em pessoas, mas qualquer afastamento — não estou dizendo da presidente —, mas de qualquer pessoa, não pode ser feito sem acatamento das leis. Agora, todos que exercemos cargos públicos estabeleçamos de forma clara qual é o nosso papel. Não adianta imaginar que pode continuar por muito tempo como está. A economia precisa de soluções, precisa talvez esclarecer melhor o povo. Explique, todo mundo entende. Haverá quem não goste, mas não quem não entenda. É um momento difícil, como já teve outros. Nós, servidores públicos, temos de dar satisfação.

Houve excesso na Lava Jato?

Não acho que tenha havido excesso, não. Para isso, todo réu tem direito a seus advogados. Excessos os advogados levantam e são ouvidos. Se tiverem ocorrido, são cortados na instância superior. Mesmo no Supremo, no julgamento da ação penal 470 [do mensalão], nem quando não estava previsto se negou o direito de advogados de subirem à tribuna e falarem. Quando chegam habeas corpus, alegação de excessos, prestamos atenção. Nos que chegaram, não se apurou excesso.

16 AGO 2015

“ Uma sociedade doente não exerce plenamente sua liberdade.

Precisamos retomar o diálogo, não o retórico, mas o de ‘estou ouvindo as ruas e quero conversar com elas’. E explicar o que podem fazer e as consequências

“ Acho que o brasileiro precisa primeiro saber que ele tem de dizer o que quer. Não com placas ‘abaixo tudo’ porque, com elas, o que vem no lugar?

Tão grave quanto a violência que poderá existir nas eleições de 2016 será o estresse cívico

16 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELE DISSE

GILMAR MENDES

*É grande a
responsabilidade desse
tribunal. Ele não pode
permitir que o país se
transforme num sindicato
de **LADRÕES***

vice-presidente do Tribunal Superior
Eleitoral, defendendo investigação da
campanha de Dilma; o tribunal suspendeu
ação que pede cassação da presidente

17 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Moro é tratado como ídolo nos protestos

Atos têm bonecos do juiz da Lava Jato e abaixo-assinado por maior pena para corrupção

Com faixas, coros ou bonecos, manifestantes que protestaram contra a presidente Dilma Rousseff pelo país neste domingo (16) fizeram diversas demonstrações de apoio ao juiz Sergio Moro, que comanda os processos relacionados à Operação Lava Jato na Justiça Federal.

O juiz que mandou prender diretores das maiores empreiteiras do Brasil foi lembrado também em máscaras, camisas e cartazes com pedidos de prisões de mais petistas.

Em Curitiba, onde tramitam as ações da Lava Jato, o médico André Matos, 35, levou à passeata um boneco com uma foto de Moro em tamanho real. Dezenas de pessoas se aglomeraram para tirar fotos com a peça, que precisou até ser escondida.

“É uma forma de homenagear e apoiar o trabalho dele”, disse o médico, que pagou R\$ 200 pela impressão.

No Recife, um grupo levou para o ato um boneco gigante do magistrado, no modelo dos usados no Carnaval de Olinda. Uma faixa dizia: “Moro, não nos abandone”.

Pelo país, participantes de protestos também adotaram “Je suis Moro” como lema, referência ao mote de apoio ao jornal “Charlie Hebdo”, alvo de um ataque no início do ano.

Desde os protestos contra Dilma em março e abril, a Lava Jato resultou em mais condenações de acusados e ampliou o foco de suas investigações, culminando nas prisões do ex-ministro José Dirceu e de executivos das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez.

Em Salvador, um grupo trouxe uma faixa com fotos de Moro, dos procuradores da Lava Jato, do procurador-geral Rodrigo Janot e do ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa. A peça dizia: “Patriotas”.

Coros, como “Lula, cadê você? O Sergio Moro vai te prender”, ouvido na avenida Paulista, também se espalharam pelos atos do domingo.

ABAIXO-ASSINADO

Também houve entre os manifestantes apoio a uma iniciativa do Ministério Público Federal para endurecer as penas de crimes relacionados à corrupção.

Em SP, o grupo “Vem Pra Rua” colheu assinaturas para o projeto, batizado de “Dez Medidas para Combater a Corrupção”. Ativistas com pranchetas abordavam manifestantes na av. Paulista.

O objetivo é coletar 1,5 milhão de firmas e levá-las ao Congresso Nacional.

PAINEL

Olha ele O que mais chamou a atenção da oposição nos atos foi a unanimidade do apoio ao juiz federal Sergio Moro, que ofuscou todos os líderes partidários, inclusive Aécio Neves (PSDB-MG).

Pero já Os tucanos querem usar a “celeridade” do magistrado na condução das investigações para pressionar Rodrigo Janot a apresentar logo as denúncias da Lava Jato.

FOLHA DE S. PAULO

O ASSUNTO É REPATRIAÇÃO DE CAPITALS

A polêmica de um projeto necessário

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Está correto o governo em repatriar capitais saídos do país sem declaração, mas, com o formato atual, projeto de lei é merecedor críticas

17 AGO 2015

O governo pretende, seguindo a experiência de Reino Unido, França e Itália, além de outros países, repatriar capitais saídos do território nacional sem a respectiva declaração à Receita Federal, principalmente em virtude do confisco das contas bancárias no governo Collor e às vésperas da eleição do presidente Lula, em 2002, quando se temia que o Brasil se transformasse num regime economicamente falido como o de Cuba.

A época, a desastrosa política econômica da Venezuela, que pretendeu seguir o mesmo modelo, ainda estava no início de sua derrocada. É de se lembrar que Hugo Chávez conseguiu retardá-la, mas a notória incompetência e falta de carisma do sindicalista Nicolás Maduro terminou por arrasá-la.

O Brasil paga hoje o preço de um brutal inchaço da máquina pública para a acomodação de todos os amigos do rei, gerador de uma economia em frangalhos, uma alta inflação, uma brutal desvalorização do real, um elevado nível de desemprego, um baixíssimo PIB, assim como o desventrar contínuo de uma corrupção contaminadora de quase todas as instâncias administrativas.

Esse quadro tornou-se dramático nos últimos 13 anos, em que imperou a absoluta insensatez política e econômica.

Pensa agora o governo —e pensa corretamente— em repatriar aqueles capitais, num momento em que a dívida brasileira caminha para 70% do PIB, encostando no nível dos mais de US\$ 360 bilhões de nossas reservas, com baixa punição aos que remeteram recursos para fora. O projeto de que se tem notícia, todavia, merece críticas.

A primeira grande falha é vincular o retorno destes capitais a um fundo a ser criado para compensar

os Estados que perderão receita no eventual fim da guerra fiscal do ICMS, após pagamento de 17,5% do imposto de renda e 17,5% de multa de “regularização”.

Ora, a repatriação será um ato que se esgotará no retorno do dinheiro enviado para fora, enquanto que o fundo para compensar os Estados será permanente, até que as perdas sejam eliminadas. Algo que se arrastará por anos será mantido por um fundo que se formará com um prazo certo de retorno, uma única vez.

Por outro lado, reduz-se o Imposto de Renda, que deveria ser pago à base de 27,5%, para 17,5% e cria-se uma multa de regularização cuja natureza é indefinida: é tributária, administrativa, penal ou extrafiscal?

Em artigo publicado no “O Estado de S. Paulo”, Everardo Maciel, dos maiores especialistas em direito tributário das Américas aponta sete impropriedades do projeto (“A polêmica repatriação de capitais”).

Parece-me que a solução ideal seria outra. Pagamento integral do Imposto de Renda (27,5%), com a multa moratória prevista na legislação, no caso de denúncia espontânea, como faria qualquer pessoa que tivesse que pagar o imposto em atraso, antes de fiscalização. Elimina-se estaria qualquer outra punição.

Não haveria nenhum privilégio para quem enviou dinheiro para fora (imposto mais multa moratória) e a própria extinção da punibilidade, que já é prevista na legislação aplicável, estender-se-ia a outras eventuais infrações decorrentes da remessa irregular.

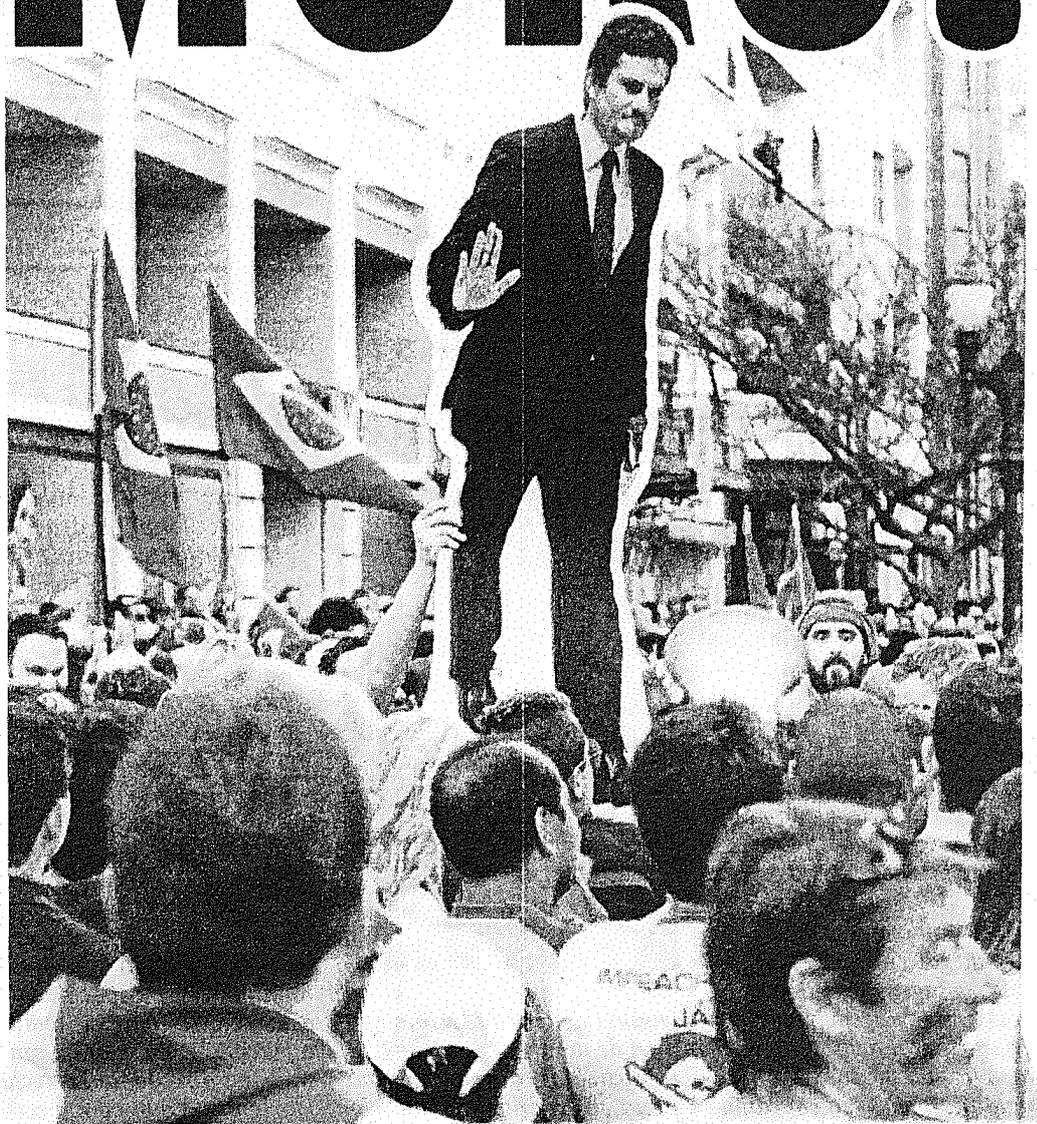
À evidência, dinheiro resultante de narcotráfico, corrupção ou terrorismo não seria anistiado criminalmente, nem gozaria da possibilidade de repatriação, pois deveria ser inteiramente confiscado.

Parece-me uma solução mais justa, que poderia fortalecer o conturbado caixa do governo, enquanto não resolver enxugar a esclerosada máquina, libertando-se dos mais de 100 mil “amigos do rei” (comissionados) que incham as estruturas burocráticas da União.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 80, advogado e presidente da Comissão de Reforma Política da OAB-SP, é professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

TRIBUNA DO PARANÁ 17 AGO 2015
NAS GRAÇAS DO POVÃO

SOMOS TODOS MORO!



O juiz curitibano **Sérgio Moro** foi figurinha fácil nos protestos contra a presidente Dilma. Em Curitiba, 60 mil foram às ruas e manifestantes exibiam foto em tamanho real do magistrado: povo não aguenta mais a roubalheira.

TRIBUNA DO PARANÁ

STATUS DE HERÓI NACIONAL

17 AGO 2015

Magalea Mazziotti
magaleam@tribunadoparana.com.br

Os manifestantes que tomaram as ruas centrais de Curitiba na tarde de ontem destacaram a atuação do juiz Sérgio Moro à frente dos processos da Operação Lava Jato. Um grupo de pessoas levou uma imagem do juiz em tamanho real. Aos poucos, a reprodução virou parada obrigatória para selfies e fotos posadas de quem queria levar um registro do domingo de protesto. Havia faixas com os dizeres "Lava Jato. Nós apoiamos"; "Apoio a Sergio Moro" e "Eu amo Sergio Moro", além de outros

pedidos estampados, como mais autonomia dos estados da federação e transparência no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O administrador de empresas Marcelo Benito Ribeiro, 41 anos, disse que é favorável à saída da presidente. "Sei que a corrupção não tem lado, nem partido, mas se Dilma saísse, a sensação de

mudança seria positiva para a economia e a política. O dinheiro dos nossos impostos deixaria de financiar ditaduras e o socialismo em outros países", supõe.

O administrador também fez elogios ao trabalho do juiz Sérgio Moro. "Ele tenta uma limpa que, se tudo der certo, vai se refletir na forma de agir dos políticos daqui para frente".



Imagem em tamanho real do juiz virou parada obrigatória para fotos.

15 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça quebra sigilo e bloqueia bens de cunhado de Roseana

Ricardo Murad foi titular da Saúde na gestão da ex-governadora; ele diz ser 'perseguido' pelo atual governo

Ricardo Galhardo

O juiz federal José Carlos do Vale Madeira determinou a quebra dos sigilos fiscal e bancário e o bloqueio de R\$ 17,5 milhões em bens do ex-secretário de Saúde do Maranhão Ricardo Murad, cunhado da ex-governadora Roseana Sarney (PMDB), além de outras 11 pessoas e uma empresa suspeitas de desviar mais de R\$ 8 milhões em verbas para a construção de unidades de saúde durante o governo da peemedebista.

A decisão foi dada na quinta-feira. Em ação de improbidade administrativa, o Ministério Público Federal atribui a Murad e aos outros investigados irregularidades como o pagamento para elaboração de projetos já existentes e a execução e pagamento por serviços antes mesmo da abertura de licitação.

“Verifica-se a ocorrência do seguinte fato: a licitação para elaboração dos projetos básicos para a construção de 64 unidades hospitalares (concorrência nº 007/2009-CPL/SES, de 28/12/2009, cujo objeto envolvia outros serviços de engenharia e outras unidades) foi posterior à licitação para a execução da construção das mesmas unidades hospitalares (concorrência nº 001/2009-CPL/SES, de 10/08/2009, cujo objeto é precisamente este). Isto posto, conclui-se logicamente que a concorrência nº 007/2009-CPL/SES incluiu nos serviços previstos em seu objeto a elaboração de projetos básicos já existentes pois o ANEXO I do edital da Concorrência nº 001/2009-CPL/SES apresenta o projeto básico padrão para as mesmas 64 unidades hospitalares de 20 leitos”, diz o pedido de liminar feito pelo MPF.

Segundo a ação, os projetos eram feitos por Renato Ferreira Cestoni, sócio da Proenge, empreiteira que depois realizaria as obras.

Segundo levantamento feito no início do ano pelo governo do Maranhão, hoje sob comando de Flavio Dino (PC do B), mais de 20 unidades foram abandonadas ou tiveram as obras paralisadas. O BNDES, que financiava parte do projeto, suspendeu os repasses diante das irregularidades.

'Perseguição'. O ex-secretário creditou a decisão da Justiça a uma perseguição política movida pelo atual governador, opositor histórico do clã Sarney.

“Murad disse ter absoluta convicção que assim que se manifestar, a Justiça terá conhecimento dos fatos verdadeiros e revogará as medidas tomadas hoje. Ricardo Murad reforça ainda o ato de perseguição articulado pelo atual governador Flávio Dino, através de uma ação proposta pelo Estado, baseada em uma auditoria falsa e produzida pela Secretaria de Transparência, criada única e exclusivamente para perseguir seus adversários políticos”, diz nota divulgada pelo cunhado de Roseana.

A Proenge foi procurada, mas ninguém atendeu os telefonemas na sede da empresa.

O juiz Vale Madeira é o mesmo que autorizou a ação da Polícia Federal na sede da empresa Lunus, pertencente a Jorge Murad, marido de Roseana e irmão do ex-secretário, em 2002. Na ação a PF encontrou R\$ 1,3 milhão em dinheiro vivo no cofre da empresa. A revelação acabou com os planos de Roseana de concorrer à Presidência da República naquelas eleições.

15 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Relator acelera parecer para Janot seguir no cargo

Ferraço planeja apresentar documento, que não cita Lava Jato, já na quarta-feira e prevê sabatina de procurador-geral no dia 26

Isadora Peron | BRASÍLIA

Um dia depois de ser designado relator da recondução ao cargo do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) decidiu acelerar o processo de escolha e já deixou o parecer pronto para apresentar na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, na quarta-feira. A ideia do relator é de que a sabatina seja realizada no dia 26. O mandato de Janot se encerra em 17 de setembro.

Ferraço já declarou nas redes sociais ser favorável à recondução do atual procurador-geral, responsável pelas investigações de autoridades com foro privilegiado no âmbito da Operação Lava Jato. No parecer, o senador não cita a apuração do esquema de corrupção na Petrobrás e sustenta o documento em dados da biografia e do currículo de Janot. O parlamentar nem sequer afirma se o procurador-geral está "apto" para assumir um novo mandato, o que costuma ser feito nesse tipo de relatório.

Ao Estado, Ferraço afirmou que não cabia manifestar esse tipo de opinião no documento, já que essa é uma decisão pessoal de cada senador. "No parecer, eu digo apenas que o candidato respondeu a todas as premissas constitucionais exigidas para o exercício da atividade", explicou. O peemedebista

sustenta, no entanto, que o procurador-geral "tem dado extraordinária contribuição ao fortalecimento das instituições e às investigações".

Resistência. Para Ferraço, deve ser dada celeridade ao processo de análise no Senado, uma vez que o mandato de Janot à frente da PGR termina em cerca de um mês. "Eu não vou contribuir com qualquer tipo de postergação ou procrastinação. Eu não acho razoável nem recomendável que haja descontinuidade no trabalho da Procuradoria-Geral da República."

O procurador-geral é responsável por conduzir investigações relacionadas a 13 senadores suspeitos de participarem do esquema de desvios da Petrobrás, incluindo o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Por isso, havia a preocupação de que ele agisse nos bastidores para segurar a votação de Janot na Casa.

Para afastar essa desconfiança, Renan já afirmou que pretende submeter o nome do procurador-geral ao plenário no mesmo dia em que for realizada a sabatina na CCJ. O tom mais ameno do peemedebista estaria diretamente relacionado a comentários de que seu nome não deve entrar na lista das primeiras denúncias contra políticos que serão oferecidas por Janot ao Supremo Tribunal Federal.

Diante do clima tenso por causa do número de senadores

sob suspeita, Ferraço afirma esperar que Janot passe por uma dura sabatina na CCJ. Mas o parlamentar disse estar tranquilo em ter sido escolhido para relatar o processo de recondução de um nome que gera tanta antipatia na Casa. "Eu não estou preocupado com a pele de ninguém. Na vida pública, cada um de nós faz as suas escolhas, assume as suas responsabilidades, e paga por elas. Eu não faço parte de qualquer espírito corporativista", disse.

A postura mais favorável a Janot de Ferraço diverge da que ele adotou com Luiz Edson Fachin, depois que ele foi indicado em abril pela presidente Dilma Rousseff para ser ministro do Supremo Tribunal Federal. O peemedebista – que faz parte da ala "independente" da bancada e, por isso, não alinhada ao Planalto como a cúpula do partido – foi um dos senadores que mais atuaram pela rejeição ao nome do jurista, levantando contra ele uma série de episódios que comprometeriam sua indicação. A atuação, porém, foi insuficiente. Fachin foi aprovado tanto na sabatina na CCJ quanto no plenário.

CONTINUA

15 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PARA ENTENDER

Nome passa por sabatina

A escolha do chefe do Ministério Público Federal, desde 2001, é precedida de uma votação entre os procuradores da República, que elaboram uma lista triplíce e a enviam ao Executivo. Cabe ao Planalto indicar um nome, que é sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, depois, submetido à aprovação do plenário. Caso o indicado não tenha maioria (41 votos), o processo se repete com um novo nome.

14 AGO 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça Federal em Santa Catarina, Tribunal de Justiça e Secretaria de Justiça discutem convênio para monitoramento eletrônico

A Justiça Federal em Santa Catarina (JFSC) realizou reunião para continuar as discussões sobre a possibilidade de fazer convênio com o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça (TJ) catarinense, para adoção do sistema monitoramento de presos por meio do uso das chamadas "tornozeleiras eletrônicas". A reunião teve a presença do vice-corregedor regional da 4ª Região, desembargador federal Márcio Antônio Rocha; da desembargadora do TJ Salete Silva Sommariva, e da secretária de Estado da Justiça e Cidadania, Ada Lili Faraco de Luca.

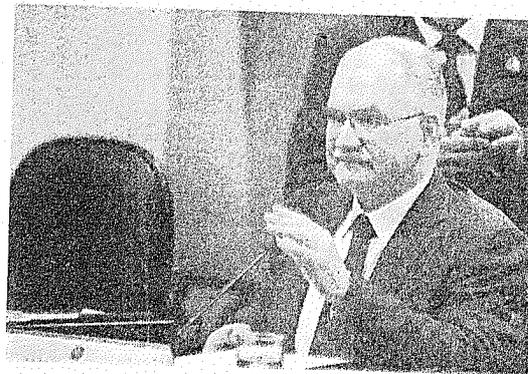
Segundo o vice-corregedor, a Justiça Federal examinará a melhor alternativa para a 4ª Região, mediante comparação do próprio modelo de monitoramento, em aplicação provisória na Seção Judiciária do Paraná, e o vigente no âmbito da Justiça de SC. "O Tribunal Regional Federal da 4ª Região e a Secretaria da Justiça vão estudar os aspectos legais de adesão de algum nas varas federais ao programa de Santa Catarina a título de projeto-piloto", afirmou Rocha.

Para o vice-corregedor, o monitoramento eletrônico "é importante para evitar que a pessoa fique encarcerada antes de uma sentença condenatória por não poder prestar uma garantia de comparecimento ou pelo fato de o Estado não contar com prisões adequadas ao encarceramento provisório".

LEANDRO MAZZINI

LIBEROU NA PRESSÃO

O ministro Gilmar Mendes seguraria o voto sobre a legalidade ou não do porte de drogas em pequena quantidade, em pauta no STF, mas foi pressionado pelo presidente da Corte, Ricardo Lewandowski. Avisou na última quinta que colocaria em pauta ontem.



É COM FACHIN

O próximo voto sobre a polêmica ação é do novato Luiz Fachin. Há indicativos de que vai pedir vistas para não se meter com jeito na encrenca. Lobbies prós e contras fortes.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Patrulha Maria da Penha recebe homenagem da Câmara Municipal

Os guardas municipais integrantes da Patrulha Maria da Penha foram homenageados na quarta-feira, na Câmara Municipal de Curitiba.

A patrulha acompanha mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e que estão sob medida protetiva de urgência com base na Lei Maria da Penha, que prevê o afastamento do agressor. O serviço é uma parceria das secretarias da Mulher e da Defesa Social com o Tribunal de Justiça do Paraná.

Desde sua criação, em março do ano passado, a patrulha realizou mais de 5,6 mil visitas em atendimento a 2,8 mil medidas protetivas.

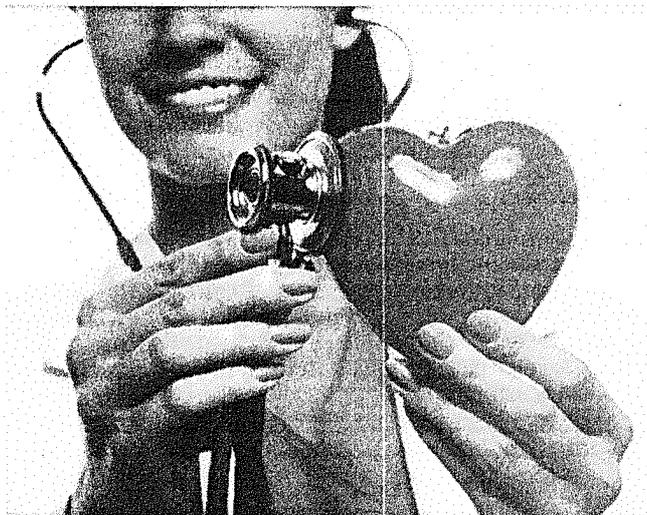
Ana Cristina de Lima Araújo, agente da Guarda Municipal há 27 anos, agora integrante da Patrulha Atena 1 - que atende a regional da Matriz -, ficou muito satisfeita com a homenagem dos vereadores. "Para nós é motivo de alegria ver nosso trabalho ser reconhecido e valorizado pelo poder público. Isso nos deixa ainda mais motivados para continuar atendendo cada vez melhor a comunidade. Estamos mais acostumados a ser cobrados e quando a gente recebe este tipo de homenagem, claro que ficamos felizes.

14 AGO 2015

14 AGO 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Profissional farmacêutico não pode realizar serviços de verificação de colesterol no sangue em farmácias e drogarias



Por unanimidade, a 5ª Turma do TRF da 1ª Região ratificou a legalidade da Resolução RDC 44/2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que não permite a profissional farmacêutico a realização de serviços de verificação de nível de colesterol no sangue em farmácias e drogarias. A decisão foi tomada após a análise de recurso interposto pela Associação do Comércio Farmacêutico do Estado do Rio de Janeiro (Ascoferj).

Em suas alegações recursais, a parte apelante argumentou, em síntese, que o ordenamento jurídico brasileiro não admite que atos administrativos-normativos, tais como a Resolução RDC 44/2009, restrinjam direitos previstos em atos legislativos, no caso, as Leis Estaduais 1.041/86, 3.081/98,

3.798/2002, 3.938/2002 e 5.370/2009. “A Constituição Federal demonstra no inciso II, do art. 5º, e inciso IV, do art. 84, que os decretos não são autônomos, mas têm função restrita e limitada à regulamentação de leis”, sustentou.

Ao analisar a questão, o relator, desembargador federal Néviton Guedes, esclareceu que, ao contrário do que defende a associação apelante, “não pode lei estadual permitir uma conduta que está fora do seu âmbito de competência e que não é mais autorizada pelo órgão de classe fiscalizador do exercício profissional que, por meio da Resolução 505/2009, já havia retirado das atividades realizadas pelo farmacêutico a verificação do nível de colesterol no sangue”.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal nega pedido da União para punir empresa que retirou sem autorização rejeitos de carvão do solo

14 AGO 2015

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou, na última semana, recurso da União que pedia a condenação da Carbonífera Siderópolis por extração irregular de rejeitos de carvão em Criciúma (SC). Além de buscar o ressarcimento ao erário, a Advocacia-Geral da União (AGU) pedia a recuperação ambiental.

A AGU ajuizou ação contra a empresa após uma vistoria do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) constatar que haviam sido retirados do solo mais de 2,6 mil toneladas de rejeito de carvão. O rejeito são os minerais retirados das minas junto com o

carvão e descartados. Colocados em grandes depósitos, esses minérios podem causar sérios danos ambientais.

A 4ª Vara Federal de Criciúma julgou a ação improcedente e a AGU apelou ao tribunal. Conforme a AGU, enquanto não há o propósito de aproveitamento das substâncias minerais eventualmente presentes nos rejeitos, esses materiais descartados confundem-se com o próprio solo e, por isso, estão submetidos ao mesmo regime jurídico deste e, portanto, para que sejam objeto de reaproveitamento econômico, deve haver autorização ou concessão da União.

TST – Turma afasta vinculação entre ação individual de auxiliar da Corsan e ação coletiva de sindicato

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) julgue o processo de um auxiliar de tratamento de água e esgoto contra a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). O Regional havia declarado extinta a ação por entender que havia litispendência – repetição de ação anteriormente ajuizada, ainda não concluída, que abrange as mesmas partes e tem fundamentos e pedidos idênticos.

Segundo o TRT, alguns pedidos da ação individual do auxiliar já eram objeto de processo movido pelo Sindi-

cato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado do Rio Grande do Sul (Sind-água/RS), que o representava como substituto processual.

O relator, ministro Caputo Bastos, deu provimento ao recurso de revista. Com base em jurisprudência da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST, ele explicou que não há litispendência entre a ação coletiva de sindicato profissional, na qualidade de substituto processual, e a ação individual do empregado substituído, porque não fica configurada a identidade entre as partes.